

O desafio às leis

FLÁVIO DUTRA/JU



A implantação de uma lei, como o Novo Código de Limpeza Urbana de Porto Alegre, é só a ponta de uma trajetória de futuro incerto. Segundo o Índice de Percepção do Cumprimento da Lei, da Fundação Getúlio

Vargas, para 82% dos entrevistados “é fácil desobedecer às leis no país”. Ainda que defenda a importância da legislação como um modo civilizatório de regulação social, o jurista Eduardo Carrion reconhece o embate que diver-

sos setores enfrentam para fazer vigorarem suas normas frente aos interesses econômicos em jogo. São muitos, portanto, os desafios ao cumprimento das leis. **CadernoJU**

INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Resolução polêmica propõe restringir a publicidade

P5

CERVEJAS

Cresce oferta artesanal

Em um movimento semelhante ao ocorrido há 20 anos nos EUA, o Brasil vive uma expansão das opções de cervejas com a abertura de centenas de micro-cervejarias. As mudanças em discussão no Ministério da Agricultura, que prometem reduzir as restrições à produção artesanal, já mobilizam os cerca de 60 pequenos produtores do Rio Grande do Sul. Entre os novos ingredientes que aguardam aprovação estão ervas e frutas. **P4**

POLÍTICA LUSITANA

O legado da Revolução

As comemorações pelos 40 anos do movimento que depôs a ditadura salazarista foram marcadas por conflitos entre os partidos do Congresso Nacional português. Um dos países mais endividados da União Europeia, Portugal enfrenta atualmente as consequências de políticas governamentais adotadas a partir dos anos 1980, período no qual cresceram a corrupção e a falta de ética no exercício de cargos públicos. **P10**

CINEMA

Filmes de animação em alta



P13

OTTO DESENHOS ANIMADOS/DIVULGAÇÃO

Saúde

Vacinação contra o HPV atinge meta estipulada **P11**

Intercâmbio social

AIESEC promove trabalho voluntário no exterior **P6**

Assistência jurídica

Grupo do Direito atende à comunidade LGBT **P7**



Espaço da Reitoria

Carlos Alexandre Netto
Reitor e vice-presidente da (Andifes) Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

Dores do crescimento

Há sinais de turbulência nas universidades federais. Greves de servidores, movimentos reivindicatórios estudantis, ocupações, demandas e protestos de todos os tipos têm mobilizado diferentes segmentos da comunidade. Constituídas como instituições plurais e democráticas, as universidades ecoam os movimentos de insatisfação que retumbam na sociedade brasileira.

Se o momento atual for lido como crítico, melhor será entendê-lo como crise, ou surto, de crescimento; e crescer pode doer. Vivemos as dores do crescimento de instituições ainda recentes (as universidades no Brasil não completaram um século, frente às muitas instituições europeias com mais de 500 anos de existência) num país de democracia jovem. Vencida a crise econômica da dívida externa ao final do século passado, que trouxe estagnação a várias instâncias públicas e desregulação do ensino superior, a educação passou a ser valorizada e assumiu a liderança na

pauta de prioridades do país. A política de expansão das Instituições Federais de Ensino Superior, iniciada há dez anos, produziu um aumento de 120% no número de matrículas. Hoje, há mais de um milhão de estudantes de graduação e de pós-graduação na rede federal, e a interiorização do sistema já atende a mais de 160 municípios em todas as macrorregiões do Brasil. Esse grande esforço exigiu recursos orçamentários de R\$ 26 bilhões e gerou a contratação de mais de 40 mil novos professores e técnicos administrativos. A ampliação de matrículas abrange todos os cursos, em especial as Engenharias, a Medicina e as Licenciaturas, e foi acompanhada pela exitosa política de reserva de vagas – as cotas para egressos de escolas públicas, em especial afrodescendentes e indígenas.

As universidades estão maiores e seu ambiente é de diversidade étnica e cultural, assim como a própria sociedade brasileira. Novas ações de assistência estudantil foram implementadas para

que os estudantes incluídos tenham condições de permanecer e de conquistar o sucesso acadêmico. Indicadores nacionais e internacionais demonstram que as nossas instituições de ensino superior também cresceram em qualidade, mas é certo que há ainda muito a avançar em todas as áreas.

Apesar de todo esse crescimento, ainda temos pouco mais de 17% dos jovens entre 18 e 24 anos cursando uma faculdade. Assim, é imprescindível definir uma nova agenda de expansão e qualificação. A conquista dos royalties do pré-sal para as áreas da educação e da saúde, somada à meta de investimento de 10% do PIB pelo Plano Nacional de Educação, garantem os necessários recursos financeiros. Novo crescimento, novas dores e novos cenários. Assim se cria um país mais inclusivo, forjado num dos mais eficientes setores públicos. Assim é a realidade da instituição que mais transforma as pessoas, que gera conhecimento, inovação e desenvolvimento, e que escreve o futuro.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha, Porto Alegre - RS | CEP 91004-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor
Carlos Alexandre Netto
Vice-reitor
Rui Vicente Oppermann
Chefe de Gabinete
João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social
Ricardo Schneiders da Silva

JORNAL DA UNIVERSIDADE

Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497
Email: jornal@ufrgs.br

Conselho Editorial
Ánia Chala, Cassiano Kuchembecker Rosing, Cida Golin, Luiz Carlos Pinto, Michéle Oberson, Ricardo Schneiders da Silva, Rosa Maria Bueno Fischer, Temístocles Cezar

Editora Ánia Chala

Subeditora Jacira Cabral da Silveira

Repórteres Ánia Chala, Everton Cardoso, Jacira Cabral da Silveira e Samantha Klein

Projeto gráfico Juliano Bruni Pereira e Kleiton Semensatto da Costa (Caderno JU)

Diagramação Kleiton Semensatto da Costa

Fotografia Flávio Dutra (Editor) e Gustavo Diehl

Revisão Antônio Paim Falcetta

Bolsistas Gabriel Brum, Laura Pacheco dos Santos, Martina Nichel, Manoella Van Meegen e Thais Bueno Segantredo (Jornalismo)

Circulação Vanessa Gastal Fernandes e Yan Loureiro

Fotolitos e impressão Gráfica da UFRGS

Tiragem 14 mil exemplares

jornaldauniversidade

Não vai ter JU

Tendo em vista as alterações no calendário acadêmico da Universidade, que prevê vários dias não letivos e pontos facultativos no mês de junho, durante os jogos da Copa, o JU vai dar um tempo. Não teremos a edição de julho, mas voltaremos em agosto, no reinício das aulas, com uma edição especial, recheada de novidades.

Mural do leitor

jornal@ufrgs.br

Rio Guaíba

Parabéns pela reportagem “À margem da BR 448”. Escrevo por um detalhe, o uso do termo “Lago Guaíba”. Trata-se de uma denominação inadequada, pois o debate sobre a correta definição do Guaíba envolve duas questões: o nome e a classificação. “Rio Guaíba” é o nome popular, consta nos mapas, nos livros. Historicamente é descrito como rio, e oficialmente o IBGE assim o denomina. Mudar o nome, sem um referendo popular, é uma atitude de desrespeito aos costumes, a história e ao cotidiano do lugar. Quanto aos parâmetros morfológico, hidrodinâmico e sedimentológico, necessariamente utilizados para classificação ambiental, o Guaíba é um rio. Possui um extenso canal que controla o transporte dos sedimentos e o escoamento das águas. Também é um grande exportador de sedimentos para a Lagoa dos Patos. Um lago não possui canal, além de ser um ambiente importador de sedimentos. Ou seja, o rio é um só da nascente a sua foz. E a foz do Guaíba é em Itapoã.

► Prof. Elírio E. Toldo Jr., Centro de Estudos de Geologia Costeira e Oceânica - UFRGS

Artigo

Os possíveis legados da Copa para Porto Alegre

São inegáveis as alterações provocadas pelos megaeventos esportivos no contexto das cidades em que são realizados. Espetáculos como os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo FIFA muitas vezes servem de estímulo a investimentos, que, se bem geridos, podem trazer benefícios durante e, principalmente, após a realização das atividades. Essa herança é chamada de legado. Exemplos como o dos Jogos Olímpicos de Barcelona de 1992 e o da Copa do Mundo FIFA na Alemanha em 2006 nos mostram que se tais eventos forem bem planejados e bem conduzidos podem trazer diversos benefícios, alterando positivamente a perspectiva de uma cidade e até mesmo de um país. Em contrapartida, diversos são os casos de gestões pouco exitosas desse processo, muitas vezes acarretando menos benefícios que o desejado ou causando prejuízos antes, durante e após o evento, como nos casos de Atenas em 2004 e da África do Sul em 2010.

O Brasil entrou de vez no cenário dos megaeventos esportivos, ao realizar em um espaço de dois anos essas duas competições. A iniciativa de sediar a Copa do Mundo de

2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, no entanto, foi cercada de desconfiança, principalmente pelo histórico de corrupção no país e por se entender que o dinheiro investido não trará tanto retorno à população quanto se fosse aplicado em áreas como saúde e educação. Quando tratamos da Copa do Mundo FIFA, pelo fato de o Brasil ser um país de dimensões continentais, é bem possível que os impactos e os legados não sejam equânimes, podendo ser negativos em determinadas localidades e positivos em outras.

No caso da capital do estado, os legados da reforma do Estádio Beira-rio e da nova Arena do Grêmio nos parecem benéficos, pois, apesar de receberem incentivos fiscais, são construções de cunho privado e possibilitam o crescimento de dois clubes que são um patrimônio esportivo e cultural da cidade e que levam o nome de Porto Alegre para o mundo. As obras também contribuíram para a valorização das regiões nas quais os estádios estão localizados.

Na área de segurança, o principal legado deve ser a integração dos órgãos nas diversas esferas governamentais, além do Centro Integrado de Comando e Controle,

que conta com moderna infraestrutura e sistema. Quanto ao legado ao turismo, além do maior fluxo turístico que ocorrerá durante o evento, a Copa do Mundo surge como uma oportunidade de divulgação de uma cidade atrativa e receptiva aos turistas nacionais e internacionais, possivelmente elevando a rotatividade turística em Porto Alegre no futuro. Para isso, ações de qualificação de pessoal, como as que vêm sendo empregadas, se fazem necessárias.

A maioria das obras da matriz de responsabilidade porto-alegrense é para gerar melhorias no fluxo viário da cidade – obras que já se faziam necessárias e que tiveram apenas o seu processo acelerado. Além disso, a reforma do Aeroporto Salgado Filho pode representar um avanço para a cidade, principalmente na área econômica.

Parece-nos que um importante impacto a ser controlado para que não se torne um legado negativo para a cidade é o que diz respeito ao direito de moradia dos cidadãos porto-alegrenses, visto que realocações de moradores se farão necessárias para a realização das obras previstas, como os casos da duplicação da Avenida Tronco e da

transferência das vilas Dique e Nazaré. Nas realocações dos residentes desses locais, bem como em situações isoladas, entendemos que cabe ao poder público tomar as providências necessárias para que essas famílias sejam respeitadas e transferidas dentro das melhores condições.

Sendo assim, Porto Alegre tem a chance de utilizar a Copa do Mundo de Futebol como catalisadora para várias ações que podem ser benéficas para a cidade. Dessa maneira, acredita-se que a relação custo-benefício possa ser produtiva, visto que os gastos públicos se darão principalmente em melhorias que já se faziam necessárias na capital, como as de mobilidade urbana. Para isso, devem ser respeitados os direitos sociais, contribuindo dessa maneira para o bem-estar de nossos cidadãos, qualificando a imagem da cidade tanto para seus moradores quanto para seus futuros visitantes.

Camila Costa Dutra
Felipe Magno
Luiz Carlos Pinto da Silva Filho
Escola de Engenharia da UFRGS



► **Redação** Assessoria de Imprensa/Secom | Sugestões de matérias para esta página podem ser enviadas para o e-mail jornal@ufrgs.br

FOTOS: GUSTAVO DIEHL/JU



Dia de explorar a Universidade

Centenas de estudantes acordaram cedo no sábado, 17 de maio, para participar do UFRGS Portas Abertas. Cerca de 10 mil alunos de escolas do ensino médio de quase cem cidades do Rio Grande do Sul, além de duas de Santa Catarina, puderam conhecer um pouco mais sobre os cursos, laboratórios e pesquisas da Universidade. O evento foi organizado pela Pró-reitoria de Extensão da UFRGS e, segundo a pró-reitora Sandra de Deus, aproximou a comunidade, envolvendo professores, técnicos e alunos numa preparação intensa para apresentar o que é produzido na Universidade. “Acompanhei as visitas e escutei estudantes fascinados com os cursos e que conseguiram definir o que desejam fazer na UFRGS. Essa foi a forma encontrada para mostrar a esses jovens um pouco do muito que é feito aqui”, relata.

A edição 2014 foi aberta com uma breve acolhida feita pelo reitor Carlos Alexandre Netto e pelo vice Rui Vicente Oppermann em cerimônia no Salão de Atos. Dirigindo-se aos estudantes, o reitor procurou motivar os jovens a dedicarem-se aos estudos: “Com a visita, espero que vocês tenham mais vontade de estudar, para que no ano que vem ou nos próximos anos vocês passem a integrar a comunidade da UFRGS, que ultrapassa os 45 mil membros”, enfatizou.

Logo após, os jovens percorreram prédios, salas e auditórios. Cada um buscava algo específico: enquanto uns traziam dúvidas sobre o curso a escolher, outros queriam saber como funciona o ingresso por cotas. Em comum, todos tinham vontade de aprender algo naquele dia.

Gabriela Garcez veio de São Leopoldo e, logo de início, foi ao Laboratório de Anatomia – por curiosidade e para confirmar que tem mesmo o desejo de cursar Medicina. “Eu acho incrível a área da Anatomia! Vou também à oficina de Fisiologia e à palestra sobre o currículo da Medicina”, disse. Aluna do 3.º ano do ensino médio do Colégio Sinodal, ela elogiou a iniciativa da UFRGS por possibilitar o contato com o que de fato os estudantes vão fazer.

A certeza do curso não acompanha Fabiana Petkowicz, de 15 anos, que cursa o 2.º ano na Escola Mestre Santa Bárbara, de Bento Gon-

çalves: “Quero conhecer tudo!”, exclamou a jovem, que visitava modelos e protótipos na Faculdade de Arquitetura, mas já se preparava para ir a outro prédio. Os alunos da Escola Mário Quintana, de Pelotas, viajaram quatro horas para chegar à UFRGS. Um grupo desses estudantes aguardava na fila para ingressar numa oficina sobre o curso de Arquitetura. Lucas Noskoski, de 17 anos, era um deles. “Quero participar da oficina para ver como é fazer um projeto e saber na prática”, afirmou.

No Laboratório de Automação e Robótica (LAR), da Escola de Engenharia, a instigante descoberta já começava na fila de espera para o ingresso. Os olhares atenciosos procuravam acompanhar cada movimento. Miguel Fernandes, de 17 anos, saiu de Nova Petrópolis, da Escola Padre Werner, para ver o funcionamento dos robôs que ele até então só havia acompanhado por meio de vídeos da internet. Ele visitaria mais espaços dos cursos de Engenharia, Computação e Design. O professor Renato Ventura repetia as informações para os pequenos grupos que percorriam o Laboratório a cada 15 ou 30 minutos. O docente acredita que a experiência foi uma oportunidade única: “Colocar quem está de fora para conhecer e vivenciar o que fazemos é muito bom”, sintetizou.

Ações Afirmativas – Para estudar na UFRGS, não é preciso apenas escolher o curso. O volume de informações deve contemplar, também, as formas de ingresso por meio de ações afirmativas. Por isso, a organização do evento montou um estande com informações sobre a política de reserva de vagas. “Apresentamos como funciona o ingresso e quais são os benefícios que podem ser solicitados depois da entrada na Universidade. Estamos ampliando a divulgação das ações para preencher as vagas em todos os cursos”, explicou Letícia Maria, uma das organizadoras da roda de conversa sobre o assunto.

A professora Elza Rosa acompanhou 30 alunos da Escola Baltazar de Oliveira Garcia, do Jardim Leopoldina, em Porto Alegre. Em suas aulas, ela disse que procura incentivar os estu-



dantes a verem a universidade como um direito acessível. “Falo das ações afirmativas e explico que uma universidade pública é para todos. Nos últimos anos, eles têm visto alunos egressos da escola que hoje estudam na UFRGS. Isso é muito bom e vai melhorar ainda mais!”, aponta.

Ellin Lautert veio de Teutônia com muitas dúvidas e garantiu ter voltado com uma certeza. Depois de visitar os cursos da Escola de Engenharia e da Faculdade de Arquitetura, ela escolheu o Direito como seu curso para o vestibular da UFRGS. “Não conhecia a Universidade. É muito bom poder observar de perto, perguntar e escutar os professores e alunos de cada curso”, destacou a estudante, que aproveitou para elogiar a organização do evento e a orientação dada pela equipe de apoio.

Ensinar aprendendo – Os estudantes de ensino médio aprendem com a visita, mas o evento é também uma oportunidade para que os alunos da UFRGS desenvolvam habilidades no compartilhamento dos conhecimentos. Karina Grzecka, aluna do curso de Licenciatura em Matemática, participou do Circuito Pedagógico montado na Faculdade de Educação. Junto aos colegas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), ela apresentou um jogo como uma forma diferente de ensinar matemática.

O Portas Abertas mobilizou grupos de mais 300 escolas e cursos de preparação para o vestibular. Uma programação cultural foi realizada de forma paralela às atividades, incluindo apresentações dos grupos Tchê e Turucutá e a exposição fotográfica Genesis, de Sebastião Salgado.



Pesquisa em Pauta

Políticas territoriais

O Rio Grande do Sul possui densidade populacional irregular. Enquanto algumas áreas são densamente povoadas, há bolsões com grandes vazios demográficos. Tal fenômeno ocorre em função da melhor estrutura e de maiores oportunidades encontradas nas áreas centrais – como a Região Metropolitana de Porto Alegre –, o que acaba atraindo pessoas de comunidades menores. Um dos resultados desse processo é a grande incidência de pobreza, já que as áreas urbanas não têm estrutura para tamanha densidade populacional.

Pensando nisso, políticas territoriais nacionais e regionais têm sido implantadas por sucessivos governos no estado. O Pesquisa em Pauta entrevistou o doutor em Geografia pela UFRGS Antonio Paulo Cargnin, que estudou tais políticas, verificando de que forma elas foram criadas e quais as repercussões do fenômeno. Cargnin analisou seis políticas territoriais, sendo uma nacional e cinco regionais. A Política Nacional de Desenvolvimento Regional pensa o Brasil como um todo, procurando integrar as diferentes regiões do país, enquanto as políticas regionais são focadas nas possibilidades do crescimento simultâneo de todas as regiões do estado, levando em conta as especificidades de cada área.

Para o pesquisador, essas políticas foram e são muito importantes para diminuir as desigualdades sociais do Rio Grande do Sul. Entretanto, por mais que o estado tenha um papel crucial no desenvolvimento das regiões atualmente menos povoadas, também é fundamental que aconteça o debate dentro das próprias regiões. “A gente tem de fomentar esse processo de baixo pra cima, fazer com que as regiões consigam debater estratégias, definir para onde elas querem ir.” Segundo Cargnin, apesar de o RS ser pioneiro nas políticas territoriais, ainda há muito a ser feito em relação às desigualdades populacionais do estado.

Taís Castro, *estudante do 8.º semestre de Jornalismo da Fabico*

Assista aos programas

O programa Pesquisa em Pauta será exibido no dia 12 de junho, às 20h, com reprise às 23h, na UNITV, canal 15 da NET POA. Após essa data, o programa estará disponível no canal da UFRGS TV no YouTube



FLÁVIO DUTRA/JU



À espera de novos sabores

Apesar de os produtores de cervejas artesanais enfrentarem uma legislação rígida, em Porto Alegre, bares como o Bier Markt (foto) servem pelo menos 12 variedades da bebida

Cerveja Microcervejarias aguardam novas regras para ampliar o leque de sabores

Samantha Klein

A legislação brasileira para a fabricação de cerveja é considerada rígida. Se, de um lado, os grandes fabricantes pressionam para que haja flexibilização na adição de malte, por outro, os cervejeiros artesanais e microempreendedores alegam que existem proibições na adição de substâncias que não recaem sobre o produto importado. As mudanças estão em discussão no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), e a previsão é de

que novas regras sejam publicadas em 2015. Apesar de o Brasil estar distante da Lei da Pureza Alemã, publicada em 1516 – em que cerveja é a mistura de água, malte de cevada e lúpulo –, os produtores reclamam de restrições à produção, mas vislumbram flexibilização para ampliar o universo de sabores de uma das mais antigas bebidas da humanidade.

Empecilhos étlicos – Engenheiro que largou o trabalho em uma gigante do setor de bebidas para abrir a Cervejaria Schmitt, de Porto Alegre, Gustavo Dal Ri diz que não criou mais tipos de cerveja somente por conta da restrição legislativa. Ele e a esposa tiveram o primeiro registro negado junto ao órgão de inspeção sanitária no início dos anos 2000. “Fomos proibidos de produzir uma cerveja de mel. Porém, enquanto tivemos essa barreira, a cerveja Colorado, de São Paulo, conseguiu registrar um produto semelhante após recorrer à justiça”, lamenta.

Produtor da bebida desde os 14 anos, quando ingressou no mundo cervejeiro por incentivo de uma vizinha que fabricava o produto em casa, Gustavo produz cervejas artesanais mais tradicionais. Entre os tipos fabricados, estão a Hefeweizen (de trigo e malte), Stout (escura por causa da cevada torrada) e Ale (fermentada a altas temperaturas). Se a legislação fosse mais flexível, ele garante que já estaria produzindo a bebida com outros ingredientes. “Iniciamos com cervejas sem muitas adições diferenciadas justamente para não perder o produto, porque é um negócio que me sustenta financeiramente. Não podia ‘enlouquecer’ muito nos sabores”, ressalta.

Mudanças em debate – As novas regras para a produção de cerveja no país não serão publicadas antes de 2015. O MAPA nem arrisca uma data certa, pois a homologação das normativas também depende da aprovação do Mercosul. A legisla-

ção é conjunta para todos os países membros da união aduaneira. A formulação da lei já passou por consulta pública, três rodadas de discussão por e-mail e duas audiências públicas no Brasil. Os países do bloco também demonstraram tendência para aceitar modificações na instrução normativa de 2001.

Uma das polêmicas envolvendo as mudanças na lei gira em torno da substituição do malte por outros grãos. Atualmente, pelo menos 55% dos cereais devem ser maltados. As grandes indústrias já utilizam arroz e milho na composição. A justificativa é a diminuição do amargor nas cervejas Pilsen, mais adequado ao gosto dos brasileiros.

“Vai ser aprovada a substituição do lúpulo por outros princípios aromáticos, mas as cervejarias deverão informar claramente nos rótulos. Em relação à cevada maltada, ainda estamos avaliando, mas não são todos os cervejeiros, é um grupo restrito que solicita a redução do malte. Não vimos a justificativa técnica para embasar essa solicitação”, adianta o chefe da Divisão de Bebidas do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal do Ministério da Agricultura, Marlos Vicenzi. A expectativa é de que ainda seja autorizado o uso de ervas, frutas e produtos de origem animal.

Por outro lado, a Vigilância Sanitária poderá flexibilizar o processo de registro de novas bebidas no Brasil, que hoje passa por uma análise prévia da sua composição. Porém, produtos de fórmulas mais simples não precisam dessa inspeção, basta que o produtor informe ao MAPA. “É de responsabilidade do produtor conhecer a legislação e produzir adequadamente. Até 2009, analisávamos todos os rótulos que iam

para comercialização, o que trazia uma enorme carga de trabalho e demora na colocação do produto no mercado. A meta agora é suprimir a análise prévia de novas cervejas e de outras bebidas alcólicas”, relata o chefe da Divisão de Bebidas.

Mais oportunidades – É consenso entre os cervejeiros que uma bebida somente pode ser chamada de cerveja se tiver malte. O grão maltado é o responsável pelas características da bebida, como o amargor, o sabor e a regulação da espuma. Porém, os produtores de cerveja artesanal ou caseira serão os maiores beneficiados com a liberação do acréscimo de novos produtos à cerveja.

Especialista na produção de cervejas e vinhos, o professor do Instituto de Ciência e Tecnologia de Alimentos da Universidade, Victor Manfroí, ressalta que é positiva a liberação de novos ingredientes, mas critica a retirada da obrigação de adição de malte. “Tecnicamente, se o MAPA tiver de tomar uma decisão em relação ao acréscimo de malte, tenho certeza de que eles não permitiriam a substituição total. Mas existe uma forte pressão das grandes cervejarias nesse sentido”, argumenta.

O país tem apenas três malterias, o que encarece e dificulta a produção do insumo a preços mais competitivos. Conforme o docente, é fundamental fomentar o cultivo junto aos pequenos agricultores. “Uma ideia seria a implementação de micromaltarias para ampliar a produção de malte e agregar valor ao grão produzido pelos agricultores. Em lugar de vender o grão de cevada, o agricultor venderia o grão de malte. Para isso, é necessário expertise e equipamentos.”

Entre garagens e microempresas

O Brasil vive uma explosão de opções de cervejas. É um movimento semelhante ao que ocorreu nos EUA há vinte anos, com a abertura de centenas de pequenas cervejarias e com a importação de marcas dos mais diferentes países. A produção caseira também cresceu, e os cursos para fabricação da bebida proliferaram.

Arquiteto de softwares há 14 anos, Guenther Sehn é dos mais conhecidos cervejeiros que ministra mensalmente cursos na capital e em algumas cidades do interior. O amor pela bebida já o faz pensar em largar a informática. “O leigo vai sentir pouca diferença entre uísques e vinhos, mas com a cerveja a riqueza de variações é muito grande e não tem como achar que é tudo a mesma coisa. Com isso, cresceu a fabricação caseira. Meus cursos sempre lotam e há listas de espera”, considera o presidente da Associação Gaúcha de Cervejeiros Artesanais (Acerva).

Outro cervejeiro de garagem, o presidente Associação

Gaúcha de Microcervejarias (AGM), Jorge Gitzler, critica aqueles produtores que vendem a bebida sem registro. “Incentivamos que o pessoal legalize a situação das suas cervejas, já que se trata de um alimento, e a segurança é fundamental. O registro demora, mas o principal motivo para não termos um número maior de estabelecimentos artesanais é a alta carga de impostos, que pode chegar a 70%”, sustenta. No RS, há cerca de 60 cervejarias pequenas espalhadas em todo o estado. Entre os apreciadores, é consenso que a maioria das bebidas da indústria nacional não tem a qualidade que se conhece ao adentrar em um mundo de sabores, estilos e tipos de amargor. Por isso a espera ansiosa dos microcervejeiros por mudanças na legislação. Ao permitir ingredientes diferentes, a produção deverá ganhar novos paladares e provavelmente manter a principal característica da cerveja: o malte. Esse é um dos caminhos da diferenciação em um mercado consumidor que cresce diariamente.



Proteção à infância

Publicidade

Os reflexos da Resolução que busca acabar com o abuso dos comerciais para crianças e adolescentes

Sejam em outdoors, revistas, rádios, ou até mesmo incrustados nos segundos iniciais de alguns vídeos da internet, os anúncios são cada vez mais presentes em nossas vidas. Segundo o sociólogo polonês Zygmunt Bauman, o homem mediano de hoje assiste a mais comerciais em um dia do que as pessoas viam em toda a vida cem anos atrás. Bauman também afirma que na sociedade contemporânea as pessoas buscam a sua identidade não naquilo que são, mas no que consomem e exibem.

Com o propósito de proteger o público infantil, foi veiculada, no início de abril, no Diário Oficial da União, a Resolução n.º 163, que trata do direcionamento da publicidade e da comunicação mercadológica à criança e ao adolescente de forma abusiva. Considera-se dolosa a prática com a intenção de persuadir os menores ao consumo de qualquer produto ou serviço. O uso de linguagem infantil, efeitos especiais e excesso de cores, assim como a representação de crianças e a utilização de pessoas ou celebridades com apelo junto ao público infantil são alguns dos pontos abordados pela norma emitida pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

A Resolução é aplicável a eventos, espaços públicos, páginas da internet e a qualquer suporte ou mídia; as disposições, no entanto, não valem para as campanhas de utilidade pública que não configurem estratégia publicitária referente a informações sobre boa alimentação, segurança, educação, saúde, entre outros itens relativos ao melhor desenvolvimento da criança no meio social. A medida tem como principal objetivo proteger os menores de idade, atentando principalmente ao fato de – devido à condição de pessoa em desenvolvimento –, muitas vezes, a credulidade e a ingenuidade do público serem exploradas.

Controle – O Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar) é o principal responsável por fazer valer as regras presentes na publicidade brasileira, mas sofre com a desconfiança das ONGs de defesa dos direitos das crianças justamente pelo seu

caráter autorregulatório.

Professora de Publicidade e Propaganda da UFRGS e conselheira do Conar, Mariângela Toaldo disserta sobre o funcionamento e defende a credibilidade do órgão do qual faz parte: “O Conselho é formado por seis câmaras que julgam os casos. Cada câmara é composta por uma média de 11 conselheiros, dentre representantes da área publicitária, anunciantes, veículos e consumidores. Nas reuniões em que a gente decide os casos, existem contrapontos possíveis que funcionam de fato – não é só a classe publicitária que é privilegiada. O Conar divulga todas as suas resoluções em seu site, então ele se expõe a quem queira julgá-lo. Diante disso, não se pode fazer qualquer papel e defender indiscriminadamente uma classe profissional, porque, desse modo, o órgão perde o respeito”.

Diversos pontos e enfoques presentes na nova medida constam do código de ética do Conar, como respeitar a dignidade e dar atenção especial às características psicológicas do público-alvo. O problema, na visão da professora de Publicidade e Propaganda da UFRGS Elisa Piedras, é que muitas vezes a regra não é posta em prática: “No caso da publicidade, não existe um órgão do governo que resguarde os interesses públicos; as decisões são tomadas internamente por esse conselho de autorregulamentação. Eles podem dizer que são formados não apenas por publicitários, só que, na prática, se tu fizeres uma análise do que foi denunciado e da maneira como foi feita essa

avaliação, verás que muitas coisas explicitadas como regras do que não se pode fazer na publicidade são praticadas e não sofrem punição. Se os publicitários estivessem seguindo o seu próprio código de autorregulamentação, essa Resolução não seria necessária”.

No caso da publicidade, não existe um órgão do governo que resguarde os interesses públicos

Medida insuficiente – Apesar de concordar com a ação do Conanda, a docente sente falta de um instrumento jurídico voltado às atividades de marketing, pois, afirma, o ponto de vendas, às vezes, é muito mais determinante para influenciar uma criança a comprar algo do que a publicidade na mídia. “Certa vez, uma criança me disse que comprou a gelatina do Bob Esponja e quando a abriu viu que ele não estava dentro da caixa. Duvido que ela tenha visto anúncio parecido, pois nem deve existir. Ela possivelmente conhece o produto cultural, que é o personagem, e tem uma família que a levou ao supermercado e a deixou escolher a gelatina”, exemplifica Elisa.

A família, o governo e a escola,

aliás, também são apontados pela professora como responsáveis pelo atual cenário. Consciente da liberdade excessiva da atividade do marketing dessa área, ela argumenta que é preciso parar de acentuar a crítica à publicidade e olhar a sociedade que a produz. Inquirida sobre o efeito da Resolução no campo publicitário, a docente especula sobre um possível redirecionamento das estratégias de comunicação comercial, além de prever que as agências e a mídia perderão investimentos.

Apesar de diversas associações de anunciantes declararem desconsiderar o poder legislativo da Resolução 163 – alegando reconhecer o Congresso como o único foro com legitimidade constitucional para legislar sobre publicidade comercial –, a decisão do Conanda possui caráter de lei. É o que afirma a presidente da Comissão Especial da Criança e do Adolescente da Ordem dos Advogados do Brasil do Rio Grande do Sul, Maria Dinair Acosta Gonçalves. O Conanda, reitera a dirigente, possui poder legislativo, e a Resolução tem de ser cumprida. Quem não a seguir poderá ser acionado judicialmente. As punições, em contrapartida, são uma incógnita, visto que não são mencionadas no documento aprovado.

Cuidado necessário – Professora de Psicologia Social da UFRGS, Inês Hennigen é favorável à Resolução e discorda do argumento da Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (Abrinq), postuladora da ideia de que não se pode tirar da criança

o direito de acesso à informação. “A criança não tem a informação, não vai ter os parâmetros para avaliar o que está sendo dito para ela. Não tem condições de fazer um julgamento, de se apropriar, mesmo que tu mostres alguma coisa”, diz a pesquisadora do consumo infantil.

Quando questionada a falar sobre o impacto dos anúncios nas crianças, Inês é enfática: “Uma questão básica é o incitamento à competição, ao fato de que, se tu tens alguma coisa, tu te destacas em relação a outros. Mesmo que isso esteja apenas implícito na publicidade. Em relação às crianças, essa questão é muito complicada, porque tu vais produzir sujeitos que são quase sempre competitivos e para os quais nada nunca vai bastar”. Indagada sobre o papel da família no cenário apresentado, a docente sustenta que esta desempenha um papel importante, mas que não pode ser colocado como único. “Se a gente diz que quem tem de mediar é a família, estamos dizendo que o publicitário pode fazer o que quiser e quem tem que ser ética é ela”. Apesar de criticar a atuação de alguns publicitários, a professora ressalta que, conforme for utilizada, a atividade pode ser benéfica: “A publicidade não é um grande demônio. Se tiver uma regulação, se for ética, pode te ajudar a pensar, pode colocar em questão alguns valores que são muito rígidos e fazer tensionar isso. Ela não deve ser extinta”.

Gabriel Jesus E. Brum, aluno do 4.º semestre de Jornalismo da Fabico



Mesmo que o incitamento à competição não esteja explícito na publicidade infantil, produzirá sujeitos para os quais nada nunca vai bastar



As estudantes Bianca Seibert, de Relações Públicas, e Giana Bess, de Letras, fizeram intercâmbios sociais pela AIESEC Porto Alegre

Líderes globais

Intercâmbio AIESEC desenvolve o potencial de jovens para além da universidade

Giana deu aulas de inglês para crianças com câncer na Indonésia. Bianca ensinou português e cultura brasileira no Chile. Igor trabalhou na organização administrativa de uma ONG no México. Esses jovens tiveram experiências internacionais diferentes, mas todos tinham um mesmo propósito: fazer a diferença na vida de outras pessoas.

Giana Bess, Bianca Seibert e Igor Zemor realizaram intercâmbios sociais, uma modalidade de viagem com o intuito de realizar um trabalho voluntário no exterior. Antes de escolherem seus destinos, os três

alunos da UFRGS já eram membros da AIESEC, uma rede global que possibilita o desenvolvimento de jovens por meio de programas de trabalho em equipe. As atividades da Organização são voluntárias e o intercâmbio acaba sendo consequência das ações de liderança dos participantes e da consciência dos problemas sociais de outros países. “A partir do meu desenvolvimento na organização, veio esse senso de querer fazer diferença em outro lugar”, declara Bianca, que é estudante de Relações Públicas.

Presente em 113 países, a AIESEC é tida pela Unesco como a maior organização mundial de jovens universitários. Ela foi criada em 1948, na Bélgica, a fim de promover a tolerância cultural entre os países. A sigla surgiu como um acrônimo para *Association Internationale des Étudiants en Sciences Économiques et Commerciales*, mas atualmente esse nome não é mais usado, já que a organização engloba todos os cursos universitários.

Cidadania – Muito além de apenas conhecer os pontos turísticos de um país e praticar outro idioma, os projetos permitem ajudar comunidades que necessitam de atenção. De acordo com Giana, coordenadora de intercâmbios sociais da AIESEC, o principal elemento motivador é assumir a responsabilidade de gerar impacto para outras pessoas.

Um intercâmbio social tem duração de seis a 12 semanas – há também quem decida ficar um ano fora e realizar mais de um projeto em diferentes países. No geral, inclui acomodação, além de alimentação e transporte. Essas facilidades tornam os intercâmbios mais baratos em comparação com as viagens de estudo. Outro diferencial são os destinos, que fogem dos roteiros comuns de viagens ao exterior. Os países com maior número de vagas e projetos sociais estão localizados na América Latina, na Ásia, na África e no leste europeu.

A AIESEC também oferece uma modalidade de intercâmbio profis-

sional, que consiste em um estágio no exterior. A permanência é mais longa em relação ao intercâmbio social, podendo durar de seis meses a um ano. As vagas são destinadas às áreas de educação, gestão e tecnologia da informação, e as empresas oferecem uma bolsa-auxílio mensal. O candidato passa por processo seletivo, e as vagas exigem experiência.

Currículo valorizado – Igor foi coordenador de intercâmbios profissionais em 2013, ano em que o escritório de Porto Alegre foi eleito o melhor do Brasil na área. Para o estudante de Administração, as pessoas procuram principalmente a valorização do currículo profissional. Essa também é uma proposta do programa, mas a AIESEC incentiva o candidato a conectar as trocas de conhecimento com o crescimento pessoal. “Imagina atuar em uma empresa na Índia, em que o modelo de trabalho é totalmente distinto do ocidente. Nós tentamos mostrar para a pessoa que, além chegar aqui

e dizer que teve essa experiência profissional, ela aprendeu muito em relação à metodologia de trabalho e pôde causar alguma mudança também no modelo deles”, ressalta.

Intercâmbio em casa – Para quem quer vivenciar outra cultura sem sair de casa, há também a opção de receber um estrangeiro. Existem diferentes modalidades de recepção, que envolvem desde a apresentação da cidade e a ajuda com a documentação local até a hospedagem do viajante. A ideia chamou a atenção do programador Igor Giovanni de Almeida, de 34 anos. Ele já havia prestado auxílio a uma viajante alemã e a dois irmãos argentinos quando decidiu receber em sua casa alguém com quem pudesse praticar inglês. Durante os meses de abril e maio, Igor hospedou uma intercambista das Filipinas. Segundo ele, “hospedar um estrangeiro nos permite conhecer muito sobre a nossa cultura, sobre nós mesmos, os nossos problemas e qualidades”.

Universidade – Em Porto Alegre, a sede da AIESEC se localiza na Escola de Administração da UFRGS. Em maio, o escritório, que é o segundo mais antigo do país, completou 44 anos. Ele é mantido pelo trabalho voluntário de cerca de 100 jovens. Igor Zemor, atual presidente do escritório da capital, comemora o crescimento das atividades da organização nos últimos anos. Em 2014, já foram realizados 110 intercâmbios, e a meta é passar dos 400 até o fim do ano. “A AIESEC vem crescendo justamente pelo espírito de ser uma voz da juventude”.

Em todas as sedes no mundo há algum vínculo com uma universidade: “A gente trabalha com o desenvolvimento de jovens que estão dentro das universidades e das ONGs”, aponta Igor. O contato com a UFRGS não se limita ao espaço físico. Giana esclarece que a AIESEC procura estar imersa na universidade, proporcionando um aprendizado que vai além da sala de aula: “Uma pessoa pode fazer um intercâmbio social numa área muito diferente da que estuda e aprimorar características que não desenvolveria só no curso”, conta a estudante de Letras. A ideia é desenvolver profissionais que não fiquem presos à universidade, mas, sim, gerar líderes que possam impactar a sociedade.

Martina Nichel, estudante do 5.º semestre de Jornalismo da Fabico

Dois-pontos

Antônio Falcetta, revisor
antonio.falcetta@secom.ufrgs.br

► Estilo long play

Tenho problemas, admito. Não consigo desenvolver a minha alteridade com pessoas que falam compulsivamente. daquelas falas que transbordam sem pontuação, sem pausa mínima que permita uma inserção, um comentário, por mais ordinário. As pessoas que conheço que têm esse estilo long play, incorrigíveis, só ficaram mais o que já eram com o andar da carruagem. Tempos modernos, pessoas-cápsulas, eucentrismo? Está havendo alguma falha da noção que nos permite compreender o outro na sua

condição de o mesmo, ou seja, alguém tomado das mesmas necessidades que nós. Alguns, curiosamente, no passado, foram até tímidos. Agora, ao se libertarem das amarras do medo, escracham extroversão. No geral, tornam-se pessoas hidráulicas, e de suas bocas jorram caudalosos rios lexicais. Espécie de fala automática, em livre associação e autorreferenciada, para seu emissor o outro cumpre uma função alegórica de interlocução. Ao expansivo se lhe soma o hábito cruel de cutucar esse outro ao seu mais débil sinal de desatenção. Nessa hora, no geral, o eloquente se desconcerta e, ato súbito, novo golpe: “Aí,

tchê, que a coisa aperta!”. E suas histórias são infindáveis, recheadas de minúcias, todas imprescindivelmente retóricas. E se ousamos dizer: “Sim, algo parecido aconteceu comigo...”. Há, então, uma entrada enfática. Ele “lembra”, a partir do insight que o nosso ensaio de frase talvez pudesse sugerir, de detalhe importantíssimo que evidencia que a sua história é muito mais interessante e merece, agora, mais atenção que nunca. Novo golpe, dessa vez na altura do supercílio. Ao final da “conversa”, com o interlocutor cambaleante, dispara: “Pô, meu velho, e tu, não tens nada pra contar?”. Nocaute.

Para fechar, um textinho que tangencia o ponto de vista ao lado: *Ideias ricocheteando em bando nesta / caixa-gaiola-janela / Pousam aqui, revoam dos galhos das árvores-cabeças / Gralam em parábolas que se articulam entre ouvidos / Pares de asas voando em busca de sentido / À procura do sossego de um cader-ninho / Em que possam acomodar sua prole de pensamentinhos / Pelados, olhos cerrados, bicos famintos / À espera de se tornarem / Conjecturas adolescentes, hipóteses robustas / Até ganharem o desapego da vida e das asas próprias / E se tornarem vistosas aves-poesia, ciência, filosofia*



Pelo direito à diversidade

Cidadania Grupo do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária auxilia a população LGBT

Criado em 2006, o oitavo grupo do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (Saju) da UFRGS surgiu para suprir a demanda dos casos de violência doméstica relacionados aos Direitos da Mulher, que anteriormente eram destinados a outros grupos e acabavam sendo tratados sem as suas especificidades. No final de 2009, o grupo G8-Generalizando percebeu que a temática de gênero apresenta um sentido mais amplo, englobando todas as possibilidades e tensões que o feminino e o masculino apresentam em suas dimensões sexuais, identitárias, jurídicas, psicológicas e sociais.

Com isso, o campo de ação do grupo foi ampliado e, hoje, a assessoria jurídica é feita a mulheres que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, especialmente as vítimas de violência, e à população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais), que sofre com o preconceito, a homofobia e a transfobia.

Não é somente na atuação que

o grupo se diferencia, em 2007, foi o primeiro a aceitar estudantes de outras áreas, além do Direito. Atualmente, a equipe é formada por 25 voluntários distribuídos entre os cursos de Direito, Psicologia, Ciências Sociais, Serviço Social e Artes Visuais.

Assim, o grupo consegue trabalhar com um acolhimento interdisciplinar, podendo oferecer acompanhamento psicológico e social. O G8 também promove oficinas populares em escolas e nas comunidades e se articula com os movimentos sociais na realização de eventos. “O Saju acaba sendo esse núcleo de resistência em que a gente consegue trabalhar com a interdisciplinaridade, a educação popular e os saberes que não são acadêmicos e que a própria comunidade nos traz”, diz Patrícia Becker, estudante de Direito da UFRGS e voluntária no projeto. “Acho que nosso diferencial é esse contato humano. Se consegue ver o problema de frente e sentir a violência junto com a pessoa”,

complementa Marianna Rodrigues, aluna de Psicologia da UFSCPA e integrante do G8.

As soluções extrajudiciais são recorrentes pela falta de normas voltadas aos direitos sexuais. “As leis são muito antigas em praticamente tudo o que envolve a temática de gênero e sexualidade. A legislação não tem por finalidade problematizar esses casos. A maior deficiência é que tais regras estão atreladas a uma visão muito tradicional do que é o homem, a mulher, um casal, do que constitui uma família. É aquela visão nuclear de que a mulher tem o seu marido, e eles vão viver juntos para sempre, sem abarcar nada que fuja disso”, ressalta Marianna.

Para as voluntárias, o G8 é um trabalho de dedicação, no qual o estudante consegue ser sujeito ativo na sua formação. “Não temos lucro. É um trabalho de paixão, com ganhos para a vida inteira”, comenta Marianna. “Eu diria que ninguém fica igual depois de passar pelo Saju”, completa Patrícia.

Viva seu nome – Um dos projetos do grupo com maior visibilidade é a realização de mutirões para protocolar processos judiciais de retificação do registro civil de travestis e transexuais. Intitulado *Direito à Identidade: Viva o seu Nome*, o projeto que começou em 29 de janeiro de 2013, Dia Internacional da Visibilidade Trans, conseguiu que os dez processos encaminhados durante o primeiro mutirão fossem aceitos em poucas semanas, cenário muito positivo para esse tipo de demanda, que geralmente fica meses tramitando no judiciário.

Tal resultado rendeu mais duas edições: no dia 17 de maio de 2013 e em 27 de janeiro de 2014. No total, foram aprovadas 60 ações, sendo que oito estão em tramitação no judiciário. A ideia partiu da Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul – Igualdade RS, que iniciou a parceria com o G8-Generalizando e o Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero do Instituto de Psicologia da UFRGS para acelerar os processos e dar visibilidade ao problema.

Marcelly Malta, presidente da Igualdade RS e primeira travesti a conseguir a mudança do registro civil no estado, diz que a ideia surgiu para garantir que todas as travestis e transexuais consigam a retificação do registro civil. “A troca do nome foi o acontecimento mais importante da minha vida. Chegar aos lugares e te chamarem pelo nome com que tu te identificas, sem ficar te explicando ou passar pelo constrangimento de te chamarem por um nome masculino”, conta.

Para realizar a retificação do registro civil, é preciso entrar com um processo no judiciário em que são elaborados laudos psicológicos, que muitas vezes ligam a transexualidade à patologia. Além disso, com a grande quantidade de documentos necessários, o processo acaba sendo muito caro, custando em torno de 4 mil reais. No Saju, os serviços são feitos gratuitamente e os pareceres, elaborados de uma forma mais humanizada, tendo em vista o

mal-estar gerado pelo uso do nome no registro.

Pela falta de uma legislação específica para esses casos, fica a critério de cada juiz decidir se é feita a troca ou não. “O juiz quer ouvir o drama da pessoa, quer ver um estereótipo. Não é pelo direito a uma identidade, mas sim pela patologia. Nessas questões que a gente acaba vendo que a nossa legislação é pífia”, explica Bernardo Amorim, coordenador jurídico da ONG LGBT Somos. Marcelly ressalta que, após os mutirões e a atuação dos movimentos sociais, a situação ficou mais favorável no Rio Grande do Sul, e a maioria das transexuais e travestis já consegue realizar a mudança do nome, ao contrário de outros estados do país, nos quais o processo demora anos e por vezes acaba sendo rejeitado.

Segundo Marianna, o projeto também foi importante por trabalhar um assunto que somente poderia ser visto pelo viés do Direito, mas que foi transformado em um ato político. “A gente tem essa preocupação em não delimitar os papéis, então, na ação política, todo mundo teve uma atuação horizontal e não ficou restrito à própria área de conhecimento”, comenta.

Violência – Por falta de uma lei que criminalize a homofobia, os casos de agressão ainda caem nas questões de injúria e lesão leve, encaminhadas ao Juizado Especial Criminal (JECrim), resultando em penas muito brandas. “A vítima participa de uma audiência em que vai ficar olhando para o agressor e, ao final, o promotor oferece uma cesta básica para a pessoa se livrar do processo. Isso não vai trazer nenhum tipo de reeducação para o agressor e, por outro lado, vai deixar no desamparo a pessoa agredida”, ressalta o advogado Bernardo Amorim.

Em casos ligados à violência à população LGBT, o grupo prefere trabalhar com a transformação social e trazer o assunto para a apreciação da sociedade. “O ideal seria que todos tivessem contato com a temática e pudessem se sensibilizar com a ideia e entender o que é um discurso de ódio contra o homossexual e o transexual, e a partir disso se transformar. Atualmente, a gente não tem essa garantia dentro da esfera jurídica”, critica a participante do grupo Patrícia Becker.

De acordo com Bernardo, o que atrasa as discussões mais profundas sobre gênero e sexualidade é que ainda se acredita no masculino e feminino como formas muito estratificadas e se tem uma tentativa forçada de garantir privilégios baseados nesses papéis. “Pessoas que querem ter uma identidade de gênero ou uma orientação diferente, e que transitam entre o masculino e o feminino, acabam tendo as suas discussões abafadas dentro da sociedade”, completa.

Laura Pacheco dos Santos, aluna do 7.º semestre de Jornalismo da Fabico

FLÁVIO DUTRA/JU



A presidente da associação Igualdade RS, Marcelly Malta, foi a primeira travesti a conseguir a alteração do registro civil no estado

Contatos

Saju - G8 - Generalizando

Telefone: (51) 3308-3967, das 14h às 20h
Endereço: Avenida João Pessoa, n.º 80 - Faculdade de Direito
Horário de atendimento: sextas, das 14h às 18h

Associação de Transexuais e Travestis do Rio Grande do Sul - Igualdade RS

Telefone: (51) 3019-0012
Endereço: Rua dos Andradas, 1560, sala 613 - Galeria Malcon

Somos - Iguais, Diversos e Plurais

Telefone: (51) 3233-8423
E-mail: somos@somos.org.br



FLÁVIO DUTRA/JU



Para Patricia Behar, não basta mudar a tecnologia, os docentes precisam transformar a arquitetura pedagógica que embasa a sua prática

Celular na aula

Tecnologias móveis

Apesar da resistência, dispositivos podem ser ferramentas pedagógicas

Everton Cardoso

Desde que, em meados dos anos 1990, o cotidiano passou a ser povoado – ou invadido – por celulares, chamar esses aparelhos de “telefones” tem representado cada vez mais um reducionismo, se considerados seus usos e potencialidades. Câmera de foto e vídeo, rádio, agenda, GPS, walkman, messenger e mesmo diversas outras funções antes desempenhadas por computadores pessoais e outros aparatos estão aglutinadas em um mesmo dispositivo. Em razão disso, trans-

formaram-se rotinas, hábitos e mesmo pensamentos. Quando se trata de sala de aula, porém, esse processo não parece ser tão simples: enquanto estudantes chegam aparelhados com os mais recentes avanços, as dinâmicas pedagógicas demoram a ceder e seguem por um tempo arraigadas no que já havia; há um dominante ceticismo que se mescla a uma resistência ao novo – seja por que razão for.

Para se ter ideia da quase total onipresença dos celulares nas escolas brasileiras, basta tomarem-se os dados referentes à posse e ao uso de linhas do gênero no país de uma maneira geral. De acordo com informações divulgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), esse número chegou, no Brasil, a 272,72 milhões em fevereiro passado. Conforme dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população nacional é de pouco mais de 200 milhões, ou seja, há mais linhas de celulares que pessoas: o índice chamado teledensidade é, atualmente, de 134,97 para cada grupo de 100

habitantes. Em relação ao mês de janeiro imediatamente anterior, houve um aumento de 370 mil linhas. O acesso à internet por meio de banda larga móvel também tem números significativos: foram 110,19 milhões de acessos. É possível inferir, então, que cerca de 40% das linhas de celular representam, também, acesso a redes e a outros aplicativos que dependam de conexão com a web. Isso sem contar a quantidade de usuários que, mesmo não tendo acesso por banda larga, possuem aparelhos do tipo smartphone; quando há conexão sem fio, portanto, também esses acessam as redes. Nesse sentido, não há como ignorar a presença não só dessas mídias móveis no cotidiano quanto a sua chegada às salas de aula. Isso, ainda, sem contar que esse acesso pode ser feito por meio de outros aparatos ainda menos disseminados, como os tablets.

Empecilhos – Na avaliação da professora do Departamento de Estudos Especializados da Faculdade de Educação (Faced/UFRGS) Patricia Behar, há uma

interdição ao uso dessas tecnologias móveis nas salas de aula, sobretudo os celulares, por uma dificuldade na formação docente. Ainda se buscam caminhos para a incorporação de tecnologias digitais muito anteriores e mais disseminadas – como os computadores pessoais. Com as mais recentes, a situação é incipiente. “Os celulares poderiam ser ferramentas eficazes de aprendizagem, mas os professores ainda não sabem como usá-los para esse fim”, diz a pesquisadora também vinculada ao Programa de Pós-graduação em Educação e ao doutorado em Informática da Educação. “Na Faced, ainda não enfocamos essas tecnologias na formação de professores. Não faz parte do currículo, apesar de haver pesquisas. Não há uma disciplina que forme docentes para estarem seguros de quando e como desenvolver esse tipo de atividade”, explana.

Por outro lado, há um problema de ordem técnica que antecede a própria possibilidade de uso desses aparatos no contexto educacional brasileiro. Essa é a leitura feita pela professora

do Instituto de Informática da UFRGS Rosa Vicari. Para fazer essa avaliação, a pesquisadora cita, por exemplo, as dificuldades de utilizar até mesmo os notebooks que foram distribuídos no programa governamental *Um Computador por Aluno*: muitas vezes havia uma só tomada na sala de aula em que cada estudante da turma tinha um computador; em outros casos, se os portáteis fossem ligados todos ao mesmo tempo, seria impossível manter os ventiladores funcionando, pois a rede elétrica não suportaria. Além disso, outro problema apontado por ambas as pesquisadoras vinculadas ao Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias em Educação (Cinted/UFRGS) é a ausência de suporte técnico para auxiliar os professores no aspecto mais prático desses aparatos. “Em minha opinião, faz muito mais falta que a capacitação em si”, afirma Rosa. Já Patricia alerta para a ausência de conexão sem fio nas escolas: “O wi-fi está no laboratório, mas não nas salas de aula. Se houvesse e os alunos tivessem smartphones, poderíamos fazer projetos pedagógicos. Poderiam fazer pesquisa, usar aplicativos”.

Em qualquer lugar – A docente do PPG em Informática e do doutorado em Informática na Educação Rosa Vicari percebe grande interesse por parte dos docentes no que se refere às possibilidades apontadas pelas tecnologias móveis de comunicação, mas ainda persiste certo ceticismo. “Se você pensar, todos usam tecnologia no dia a dia: vão ao banco, têm computadores em casa, participam de redes sociais, mas quando se fala em escola parece que vem um bloqueio, que a educação tem de ser aquele modelo básico tradicional”, pondera.

A pesquisadora, coordenadora da Cátedra Unesco em Tecnologia de Comunicação e Informação em Educação na UFRGS, cita o caso dos Estados Unidos: mais de 80% dos professores de ensino básico daquele país se dizem aptos a usar essas tecnologias em sala de aula. “No Brasil, não temos esses dados”, destaca para apontar o quanto sequer há informação para avaliar o caso brasileiro. Com projetos de investigação voltados para a adaptabilidade de conteúdos pedagógicos a diferentes suportes, Rosa enfatiza que esse tipo de tecnologia tem como maior mérito promover a equidade na educação: qualquer um pode acessar qualquer conteúdo de qualquer lugar, desde que disponha dos recursos necessários.

Possibilidades e perspectivas

Afora as questões técnicas, Patricia Behar aponta, ainda, outros obstáculos a serem superados, mais relacionados ao próprio uso pedagógico dessas ferramentas. “Hoje se utiliza muito a tecnologia das nuvens. Coloca-se material lá, e os alunos podem baixar, mas não se tem controle sobre o resto das coisas que poderiam acessar. Poderiam usar aplicativos de conversa ou mesmo entrar em sites proibidos”, ressalva sobre um problema

relacionado à questão disciplinar inerente à prática em sala de aula.

A investigadora também aponta a necessidade de se ter muito clara a intenção por trás do uso desses aparatos. “Tem de haver um projeto político-pedagógico, mas a escola está perdida. Primeiro compram a tecnologia e depois pensam, em vez de fazer um projeto e buscar a tecnologia que supra as necessidades”, reflete. E acrescenta:

“Podemos usar tablets para fazer exercícios de prática controlada, que têm como fundo uma teoria behaviorista, comportamentalista. Muitas vezes isso vai contra a própria teoria da escola, que é, por exemplo, construtivista. Esses softwares são muito fáceis de serem desenvolvidos”, justifica, “por terem instruções programadas. É, pois, o que mais tem para os aparatos móveis também”. Para projetar as possibilidades do m-learning

(mobile learning), Patricia cita o caminho trilhado pelo Ensino a Distância (EAD), que no começo também carecia de propostas pedagógicas mais claras que explorassem as possibilidades dessas tecnologias, mas que hoje já apresenta grandes avanços. “Não adianta mudar o aparato e seguir usando a mesma metodologia. É necessário alterar a arquitetura pedagógica. O próprio conteúdo precisa ser repensado”, arremata.



Por menos limitações

Neurocirurgia O médico e pesquisador canadense Andres Lozano conta sobre avanços no tratamento de Parkinson

Everton Cardoso

Doenças como Parkinson e Alzheimer – degenerativas e ainda sem cura – têm sido motivo de preocupação da medicina, sobretudo pelas limitações que trazem à vida de seus portadores. Ainda que já existam tratamentos medicamentosos que retardem muitos de seus efeitos, nem sempre são eficientes; é nesses casos que procedimentos cirúrgicos como a estimulação cerebral profunda (DBS – Deep Brain Stimulation) têm sido uma opção. Com mais de 400 publicações e diversos prêmios, o neurocirurgião, pesquisador e professor canadense Andres Lozano é responsável por importantes avanços nessa área. Ele esteve no Hospital de Clínicas de Porto Alegre no mês passado para realizar palestras sobre o tema e para acompanhar uma das 20 cirurgias do gênero realizadas na instituição desde o ano passado. Resultado de convênio com a Secretaria Estadual da Saúde – que responde pelo fornecimento do aparelho necessário, semelhante

a um marca-passo –, a oferta do procedimento na rede pública de saúde beneficiou até agora 20 pacientes na capital. De acordo com o médico e professor da Faculdade de Medicina da UFRGS Apio Antunes, a perspectiva agora é o estabelecimento de um novo convênio para a execução de outros 20 novos procedimentos, o que dará uma experiência que pode levar ao uso dessa técnica em mais pacientes depois disso. Em entrevista ao JU, Andres Lozano conta como a estimulação cerebral profunda contribui para a melhora de doentes de Parkinson e de que modo a técnica pode vir a beneficiar pacientes que tenham outras doenças decorrentes do mau funcionamento de células neurais.

Que avanços foram obtidos até agora?

Estamos nos concentrando em tratamentos cirúrgicos para doenças cerebrais e temos sido capazes de mostrar que, colocando eletrodos no cérebro, conseguimos controlar as atividades dos circuitos elétricos. Dessa forma é que temos sido capazes de auxiliar pacientes com Parkinson. Nos portadores dessa doença, algumas células cerebrais que produzem dopamina morrem. Quando essa substância, que é um neurotransmissor, falta, outros neurônios que dependem dela começam a disparar cargas de forma errada e em excesso. A questão, pois, é reestabelecer o balanço nessas atividades e circuitos. Então, colocamos implantes conectados a uma bateria, que fica no peito do paciente.

Com isso, conseguimos programar o dispositivo para aumentar ou diminuir a atividade elétrica.

Para quais casos é indicado o tratamento cirúrgico?

Os medicamentos são a primeira alternativa para qualquer doença; se os pacientes estão sofrendo e os remédios não são suficientemente eficazes, consideramos, então, a cirurgia. Ela não é usada no lugar da medicação, mas em adição a ela. Porém, há um ponto em que os medicamentos não são mais suficientes, então é preciso intervir cirurgicamente. Muitas dessas doenças estão relacionadas à idade e pioram com o passar dos anos. Por exemplo, 3% dos pacientes com mais de 65 anos têm mal de Parkinson. No Brasil, provavelmente tenhamos 700 mil pacientes com essa doença. Estima-se que entre 10 e 15% são candidatos à cirurgia – algo em torno de 100 mil pessoas. Já a incidência de Alzheimer é cinco vezes mais alta que a de Parkinson. Há, portanto, cerca de 3,5 milhões de pacientes com Alzheimer no país e ainda não sabemos o quanto a cirurgia é útil para eles ou não. Estamos fazendo experimentos. Se for eficaz, muitos poderão ser beneficiados.

Que melhoras a cirurgia traz para os pacientes?

Ela prolonga a vida, principalmente porque as pessoas conseguem se locomover melhor; não sofrem tantas quedas. Mas não é uma cura; só trata os sintomas de Parkinson e retarda os efeitos da doença em alguns anos, mas ela continua a avançar. Com o

tempo, mais complicações vão surgindo, como problemas com a memória. Por isso, é importante entender que é um tratamento sintomático, não uma cura. Não tem efeitos sobre o curso da doença em longo prazo. Se você tiver mal de Parkinson, suas chances de morrer a qualquer ano são três vezes maiores do que as de uma pessoa que não tenha a doença. Sabemos que o procedimento cirúrgico consegue reduzir essa diferença. No entanto, nem todo mundo é operado.

A cirurgia prolonga a vida porque as pessoas conseguem se locomover melhor

Para os doentes de Alzheimer, há algum prognóstico em relação aos possíveis benefícios?

Ainda não temos conclusões. O que sabemos é que, quando se tem a doença, morre-se dentro de cinco ou seis anos após o diagnóstico. Então, estamos procurando investigar se, com a cirurgia, somos capazes de prolongar a vida dos enfermos. Ainda, quando se tem Alzheimer, o último ano normalmente é de dependência total por parte do doente. Então, é preciso colocá-lo em uma clínica, ter cuidados em tempo integral. Com esse tipo de

tratamento, pensamos em adiar a entrada das pessoas na condição de totalmente dependentes. A cirurgia, porém, é cara. É preciso, portanto, ter um argumento econômico que não só mostre que os pacientes podem ser ajudados, mas que é possível reduzir gastos. Se formos capazes de manter as pessoas fora dos hospitais ou de asilos por mais um ano, isso representaria uma grande redução de despesas.

Que avanços, mais especificamente, a cirurgia de DBS (Deep Brain Stimulation) representou no tratamento de Parkinson?

Para o Parkinson, foi usada pela primeira vez nos anos 1980 por outras equipes de pesquisa. Antes da estimulação cerebral profunda, costumava-se cauterizar, no cérebro, aquelas células que fossem demasiado ativas. Esse tipo de procedimento era feito desde a década de 1950. Quando se queima, no entanto, está tudo bem se não se cometem erros. Mas se as células erradas são queimadas, ou no lugar errado, então há um sério problema. Com a DBS, pode-se aumentar ou diminuir a atividade elétrica, sendo, por isso, reversível. É possível ajustar o fluxo. Pode-se aumentar ou diminuir o impulso elétrico até que se tenha a configuração ideal para cada paciente.

Quais têm sido as principais contribuições de sua equipe para o tema?

Temos conseguido entender como é a atividade dos neurônios. Ninguém havia ido a algumas dessas áreas para gravar as atividades elétricas. Estamos, dessa forma, olhando para essas células cerebrais e vendo como elas mudam suas atividades quando certo comportamento está em progresso. É um mapeamento do cérebro, como se estivéssemos navegando pelo oceano e descobrindo novos territórios, novas ilhas, onde ninguém jamais estivera.

Quais são os próximos passos desse projeto?

Estamos conduzindo experimentos e estudos para entender se a estimulação cerebral profunda é segura e eficaz para tratar problemas como depressão, transtorno obsessivo compulsivo, anorexia, drogadição e mal de Alzheimer. Há também outros grupos no mundo fazendo experimentos para verificar se podemos auxiliar esses outros pacientes com a mesma técnica. Precisamos, ainda, fazer estudos mais abrangentes para mostrar que pode ser seguro conduzir o procedimento em um número maior de pacientes e obter benefícios por um tempo que compense, que justifique a intervenção. Se o paciente estiver melhor somente por alguns dias, é sinal de que não está funcionando como deveria. Mas se a melhora for por mais de um ano, então, faz diferença.



Andres Lozano ressaltou que a estimulação cerebral profunda trata os sintomas do Parkinson e retarda os efeitos da doença em alguns anos



MARVABEN/FICKR



Monumento à canção *Grândola, Vila Morena*, de Zeca Afonso, que serviria de senha à revolta de 1974

Sê um cravo, nunca um escravo

Portugal Quarenta anos após a Revolução dos Cravos, legado político é contestado

Samantha Klein

Foi bonita a festa, pá / Fiquei contente / E inda guardo, renitente / Um velho cravo para mim. A canção “Tanto Mar”, escrita e revista por Chico Buarque pouco tempo após a Revolução dos Cravos, em Portugal, retrata com sentimento o que começou mas não pôde prosseguir. A primeira versão da música, censurada pela ditadura brasileira, era uma ode à revolta que derrubou o regime ditatorial do país irmão em abril de 1974. Já a segunda retrata a contrarrevolução, que ocorreu em 25 de novembro de 1975, exatamente um ano e sete meses após a revolta dos capitães que depôs o salazarismo.

Quarenta anos depois, a sociedade portuguesa ainda amarga não as políticas implementadas no pós-25 de Abril, mas as consequências de uma guinada conservadora nos rumos do país. Quando os capitães se sublevaram contra as forças policiais lusitanas e derrubaram o primeiro ministro Marcelo Caetano, um período de mudanças sociais se instalou em Portugal com a reforma agrária e a estatização de bancos e serviços. Segundo o professor do Departamento de História da UFRGS Luiz Dario Ribeiro, antes

da revolta, a nação vivia estagnada nas glórias de um passado muito anterior à Segunda Guerra Mundial. “Portugal vivia a frustração de uma geração que era obrigada a lutar na guerra colonial em plenos anos 1970. Enquanto o mundo inteiro avançava, o país patinava na política colonial. O que mantinha Portugal eram o fato de pertencer à OTAN e os acordos comerciais. Uma nação absolutamente exportadora de mão de obra, os portugueses queriam ir para qualquer país, menos para Angola e Moçambique”, sustenta o docente.

A Revolução foi o resultado de um anseio popular para pôr fim ao obscuro período de quase cinco décadas de regime militar, permeado por censura e repressão. O movimento começou a florescer ainda no ano anterior com a reivindicação pelo reconhecimento das forças armadas, mas se estendeu à contestação do regime e culminou com o apoio popular. A revolta ocorreu praticamente sem tiros e teve um saldo de apenas quatro mortes por ação da Direção-geral de Segurança, pró-Salazar, o que é pouco se comparado a outros conflitos.

Críticas na atualidade – Nos festejos dos quarenta anos da Revolução dos Cravos, apesar do apoio popular, houve conflitos entre os partidos do Congresso Nacional português para definir se as comemorações deveriam ser conjuntas. Isso porque paira sobre o país a crítica aos rumos tomados pelo governo. As pessoas que imaginaram as mudanças político-econômicas de viés socialista em Portugal agora consideram falsa a reverência go-

vernamental à revolta. António Calheiros, cientista social e professor da Universidade Católica, reprova duramente a política adotada a partir dos anos 80 em Portugal. “Houve negócios corruptos que permitiram o financiamento de partidos e a criação de parcerias público-privadas de contornos passíveis de desconfiança. Há também a corrupção imobiliária, o enriquecimento fácil e acelerado da classe política. O país ainda viveu as privatizações de empresas em sistema de monopólio e a falta de ética no exercício de cargos públicos”, enumera.

Os líderes da Revolução também questionam os rumos políticos e econômicos da atualidade. Em reuniões na Associação 25 de Abril, os militares da reserva discutem o que consideram os caminhos da corrupção após a Contrarrevolução. Por outro lado, Portugal é um dos países mais devedores da União Europeia, com uma dívida que representa 130% do PIB da nação.

A injeção de 78 bilhões de euros na economia portuguesa foi uma salvação provisória, mas parte da população critica o arrocho social provocado pela medida. “As pessoas questionam a legitimidade da dívida, dado que a responsabilidade por um empréstimo não pode ser apenas atribuída ao devedor, mas também ao credor, o qual não deve emprestar dinheiro a corruptos”, destaca Calheiros.

Comemorar o quê? – Já o jornalista Ruy Castro, que cobria a revolta de 1974, critica o posicionamento dos líderes. “Imagino que eles queiram marcar uma posição política. A situação atual, realmente, não

está nada boa. Só que, em vez de lutar para resolvê-la, como fizeram em 1974, preferem ficar de longe, como quem diz: ‘Não temos nada com isso’. Em que isso contribui? Ao contrário, se valorizassem o 25 de Abril como ele merece, estariam mostrando como nenhuma situação é sem saída”, considera.

O professor António reconhece os problemas da sociedade portuguesa, mas não acredita que seja motivo para deixar de comemorar o movimento que derrubou definitivamente a ditadura. “Dando total razão a Edgar Morin, quando afirma que o homem é um ser cultural por natureza e natural por cultura, chego à conclusão que a liberdade é-me tão familiar e necessária como este ar que respiro. Por isso, relembrar e comemorar a Revolução dos Cravos 40 anos depois é celebrar a coragem, a criatividade, o diálogo, a benevolência face à diferença, a fraternidade. Em suma, é reconhecer que o outro, como ser individual e consequentemente autónomo, caminha ao meu lado, e não na sombra do medo”, complementa.

Reflexos da revolta – Entre as consequências da revolta está a modificação gradual nas relações com as forças armadas. Luiz Dario avalia que no movimento de 1974 estão as raízes da contratação de milícias profissionais, como acontece nos conflitos da atualidade. “Como o exército conscrito se rebelou, também se pode dizer que a Revolução dos Cravos favoreceu a criação de exércitos mercenários e empresariais. Hoje há homens fornecidos por empresas para atuarem em guerras civis na África e no Oriente

Médio, pois existe o receio de que não se possa confiar em exércitos nacionais.”

Por outro lado, o movimento representa a revolta de um povo no período pós-guerra em meio às disputas das grandes potências, em especial os Estados Unidos e a União Soviética. Conforme o historiador, na visão soviética, o movimento foi precipitado e não conseguiria implementar um estado socialista em Portugal. “Não havia bases sociais para isso. Além do mais, não haveria qualquer chance de uma ocupação da ex-URSS no Estado português. Seria impensável porque seria rejeitado pela comunidade europeia”, sublinha.

A Revolução de 25 de Abril ainda mostrou ao mundo que era possível derrubar um regime militar sem tiros. Literalmente, já que as pessoas distribuíram cravos, que foram colocados nos canos das armas restritas ao exército. Em meio à onda de manifestações contra a Copa do Mundo desde o ano passado, no Brasil, o biógrafo de personalidades como Nelson Rodrigues e Garrincha alerta que a forma de encarar a participação em revoltas e manifestações sociais é muito distinta. “Numa democracia, é mole, não? No Brasil de hoje, por exemplo, assim que você vai preso numa manifestação, vem um advogado esperto e o solta. Já os contestadores portugueses durante o salazarismo tinham as unhas arrancadas, os testículos queimados e eram atirados a celas abaixo do nível do mar, onde ficavam anos apodrecendo”, recorda Ruy Castro, que viveu mais de um ano em meio à ditadura portuguesa.



Além da prevenção

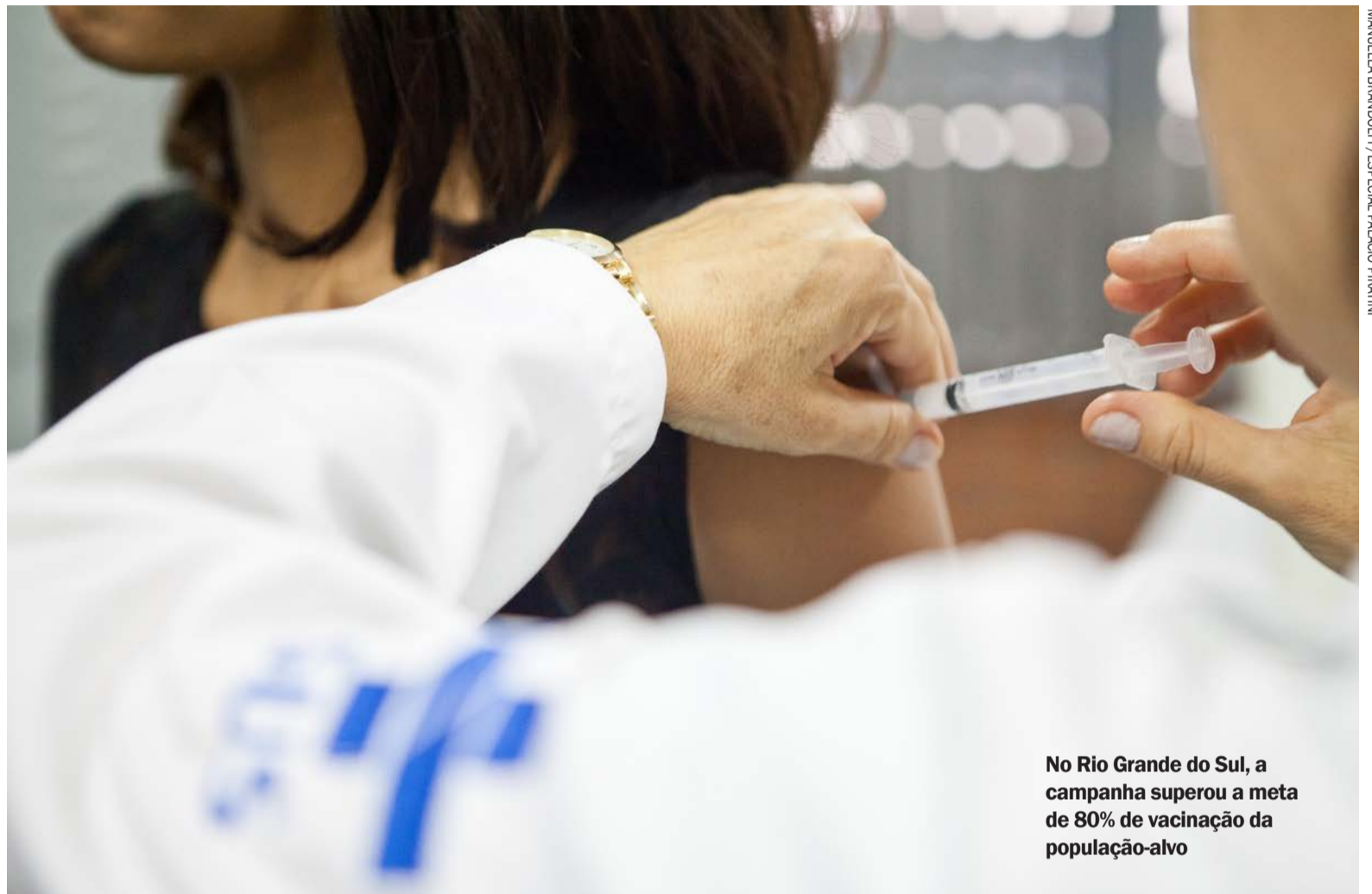
HPV Primeira dose de vacina atinge meta estipulada pelo governo, mas campanha gera debate

Quando as meninas Mariana e Laura receberam, em março deste ano, um folheto contendo um guia prático sobre o papilomavírus humano (HPV), ainda não faziam ideia da importância do assunto. As estudantes de 11 e 12 anos, respectivamente, se reuniram a outras dezenas de garotas no auditório do Instituto de Educação Flores da Cunha, na capital, para assistir a uma palestra sobre a campanha de vacinação que estava chegando à escola. Curiosas e um pouco receosas, as alunas ouviram a respeito das vantagens dessa imunização, que tem por objetivo reduzir a circulação do vírus transmitido pelo contato sexual e ligado à quase totalidade dos casos de câncer de colo do útero.

A vacina – A primeira fase da campanha de vacinação iniciou em 10 de março e se estendeu até 10 de abril. Conforme dados preliminares, com 215.322 meninas vacinadas entre os 11 e 13 anos, o Rio Grande do Sul alcançou 88,39% de cobertura da população-alvo, ultrapassando a meta, que era de 80%. No Brasil, foram vacinadas 80,91% – o equivalente a 3.974.210 garotas da faixa etária selecionada. A previsão é de que a segunda dose seja ministrada no mês de setembro. A estratégia de imunização é mista e ocorre tanto nas unidades de saúde quanto nas escolas públicas e privadas. É a primeira vez que a população tem acesso gratuito a uma vacina que protege contra o câncer.

A vacina adotada pelo Ministério da Saúde é a quadrivalente, usada na prevenção contra quatro tipos de HPV (6, 11, 16 e 18). Ela oferece maior proteção a pessoas que nunca tiveram contato com o vírus – ou seja, aquelas que ainda não iniciaram a atividade sexual, por isso a escolha da faixa etária entre 11 e 13 anos. “Quanto mais precocemente se vacina, maiores as chances de proteger essas garotas contra os tipos de HPV mais prevalentes e que estão associados a 70% dos casos de câncer do colo do útero hoje registrados nas mulheres”, explica Tani Ranieri, coordenadora do Programa de Imunizações da Secretaria Estadual da Saúde.

Público-alvo – Para 2015, o Ministério da Saúde planeja disponibilizar a vacina para meninas de 9 a 11 anos e, a partir de 2016, a ação ficará restrita às meninas de 9 anos. A pretensão é de que até 2016 seja imunizado 80% do total de 5,2 milhões de meninas de 9 a 13 anos no país. Os homens que tiverem interesse podem se proteger, buscando a vacina em clínicas particulares. “Existem alguns cânceres e lesões nos homens que também estão ligados ao vírus HPV, mas a incidência é muito menor”, afirma Tani. Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) indicam que, para cada 530 mil casos de câncer de colo de útero, existem somente



No Rio Grande do Sul, a campanha superou a meta de 80% de vacinação da população-alvo

11 mil de câncer de pênis, 50 a 100 vezes menos frequente.

A inclusão da vacina no calendário do Sistema Único de Saúde (SUS) foi anunciada em julho do ano passado. O Ministério da Saúde decidiu administrá-la em um esquema estendido: é aplicada uma dose inicial; a segunda dose, seis meses depois; e a terceira, após cinco anos da primeira. Segundo Tani, a escolha se deu, principalmente, pela possibilidade de aumentar a faixa etária do público-alvo, cobrindo um número maior de adolescentes.

A mesma estratégia foi adotada no Canadá, México, Colômbia e Suíça. Paulo Naud, professor de ginecologia da Faculdade de Medicina da UFRGS e consultor da OMS, avalia a campanha como meritória e garante que a vacina é extremamente segura. “Ela é composta de partículas semelhantes às do vírus e não tem nada de seu DNA. É segura, não tem mostrado efeitos graves e é totalmente eficiente”, assevera.

Apesar do pouco tempo em que é comercializada no mundo (2007), estudos indicam que a vacina é duradoura no organismo, conforme aponta o professor: “Por que estão fazendo a primeira dose agora e a última só depois de cinco anos? Isso mostra que os anticorpos produzidos duram um tempo prolongado. Há pesquisas que demonstram que o efeito duraria por até 20 anos”.

Tani acrescenta que a continuidade do uso de preservativos também é um dos focos da Secretaria da Saúde. “Jamais dissemos que, só porque as jovens estão sendo imunizadas, deveriam abandonar as outras medidas, como a camisinha ou a visita ao ginecologista”,

argumenta. Vale lembrar que uma pessoa vacinada ficará protegida contra apenas quatro tipos de HPV (os mais frequentes), mas existem mais de 150 tipos do vírus, dos quais 40 podem infectar o trato genital. A coordenadora atribui a excelente adesão à campanha no RS ao trabalho conjunto com os colégios. “O fato de termos trabalhado a vacinação extramuros nas instituições escolares, envolvendo o setor de educação no planejamento da estratégia e no esclarecimento junto às adolescentes e aos pais, foi fundamental”, conclui.

O papel da escola e dos pais – Quando a vacinação foi anunciada, grupos religiosos mostraram indignação, declarando que as pré-adolescentes seriam estimuladas a iniciar a vida sexual precocemente. Tal posicionamento não foi uma grande surpresa, visto que o público-alvo escolhido pelo programa envolveria garotas de 11 a 13 anos. Mas como tratar de um tema que é tabu para muitas famílias?

Para Daniela Riston Garcia, pedagoga com especialização em educação especial, a melhor estratégia é deixar a vergonha de lado, pois o assunto sempre está em evidência na mídia. “As escolas têm um papel importante na abordagem da educação sexual com os adolescentes, até porque é lá que ocorrem os primeiros contatos de amizade, a paquera, o namoro. Por isso é fundamental inserir o tema em sala de aula”, comenta.

A bióloga Alessandra Lemos da Rosa, vice-diretora do Instituto de Educação Flores da Cunha, coordenou o debate com esclareci-

mentos sobre a vacina no auditório da escola. Ela conta que conduziu a conversa de maneira informal e que algumas meninas demonstraram estar temerosas em função do que ouviram na mídia a respeito da dor e de reações adversas. “Nosso papel era informar. Algumas meninas ficaram curiosas, até porque havia contrariedade em relação a esse suposto incentivo à iniciação sexual. Disse a elas que, mais cedo ou mais tarde, todas iam passar por isso e que era uma medida preventiva para a vida da mulher”, relata. Alessandra diz que a implantação de um programa voltado à saúde e à educação sexual dentro da escola é uma meta para um futuro próximo.

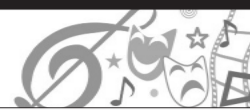
Questionada sobre a visão das famílias mais religiosas, Laura, de 12 anos, disse ter uma relação aberta com os pais – principalmente com a mãe, pois o pai, como a maioria, prefere adotar uma postura protetora em relação à filha. “Eles falaram que eu devia fazer a vacina pra ficar protegida dessas doenças até no futuro”, descreve, acrescentando, entre risadas, “mas é com o vô que eu converso mais sobre essas coisas. Ele me diz que tenho de ter proteção e tomar cuidado com os guris”.

Tani Ranieri considera que, hoje, os métodos de prevenção são cada vez mais naturais entre os jovens e que isso é consequência de uma mudança cultural. “As gerações passadas ainda tinham preconceito de usar camisinha. Mas o comportamento da juventude está mudando em relação à prática sexual, e hoje os jovens acham bacana se prevenir”.

Manoella van Meegen, estudante do 5.º semestre de Jornalismo da Fabico

O que é HPV?

O papilomavírus humano (HPV) é a doença sexualmente transmissível mais comum entre homens e mulheres. Causador de lesões que podem aparecer na pele e nas mucosas genitais, além de escoriações, está diretamente ligado ao desenvolvimento do segundo tipo de tumor que mais causa morte em mulheres no Brasil: o câncer de colo do útero. Estima-se que cerca de 80% da população feminina sexualmente ativa vai entrar em contato com o HPV em algum momento de suas vidas. As variações do vírus se dividem em duas categorias: a primeira está associada a lesões cancerígenas (alto risco), e a segunda, a verrugas genitais (baixo risco). Na grande maioria dos casos, o vírus não apresenta sintomas. De acordo com Paulo Naud, a prevenção é a chave do sucesso para eliminar a doença. “Se houvesse uma campanha de adesão da população, ele poderia deixar de existir em um ano. A prevenção primária é a vacina, a secundária é o exame Papanicolau. Esse exame preventivo detecta quando o vírus já alterou a célula, e a vacina impede que o vírus contamine a pessoa e inicie a infecção das células. Ambos são fundamentais”, conclui.



Todas as cores da torcida

Lançamento Livro resgata história da Coligay, que agitou a cena do futebol gaúcho

Samantha Klein

Em um momento de regime totalitário e de luta pelos direitos das minorias no Brasil ainda incipiente, o Grêmio Football Porto-alegrense teve, involuntariamente, um importante papel para a visibilidade dos homossexuais. A torcida Coligay, que surgiu em 1977 e terminou logo após a conquista do título mundial, em 1983, não apenas mostrou que o futebol não é um terreno só de “machões” como apresentou outro padrão de torcida: muito mais alegre, efusiva e guerreira, como a alma “castelhana”, conforme os gaúchos costumam afirmar.

O livro do jornalista Léo Gerchmann resgata uma história que marcou a trajetória do time em um momento de recuperação. Por meio de pesquisas em jornais e revistas da época, de depoimentos de integrantes da organizada, além de entrevistas com repórteres e colunistas, ele recupera a recepção e a repercussão da torcida gay que mais tempo durou na história do futebol brasileiro. Outras tentativas surgiram em clubes como Cruzeiro, Internacional e, na atualidade, no Corinthians, com a Gaivotas da Fiel, mas o preconceito é muito intenso.

Gerchmann uniu a paixão tricolor à curiosidade jornalística, assim como o respeito à diversidade para escrever o primeiro livro sobre essa torcida organizada. “Contribuí o fato de que sou judeu. Meus avós tiveram de sair da Áustria, em 1939, durante a Segunda Guerra. Parte da família sofreu o holocausto, portanto, tenho a questão da diversidade como um valor muito importante na minha vida. Além disso, curto muito futebol. Lembro que, naquele ano de 1977, somente em uma oportunidade deixei de ir ao estádio Olímpico”, destaca.

O jornalista diz que, quarenta anos após o surgimento da torcida mais alegre do futebol nacional, as piadas dos colorados permanecem. No entanto, ele considera que a experiência gay no Olímpico mostrou que o próprio time passou a se orgulhar da organizada. Além disso, o time campeão que chegou ao Mundial Interclubes, em 1983, estava em formação, portanto não se pode dizer que a direção gremista acolheu a torcida somente porque o clube estava em uma boa fase. O Grêmio tinha passado por um longo jejum de vitórias, bastante amargo, já que o arquirrival colorado venceu muitos campeonatos na década de 70.

Quem teve a ousadia de inovar no campo machista do futebol foi Volmar Santos, dono da antiga boate Coliseu, sucesso de público e agitação em Porto Alegre na época. Torcedor fanático do tricolor, o empresário foi a alma criadora da torcida mais animada que o Grêmio já teve. Ele convocou funcionários e frequentadores da casa noturna para participar da organizada. O empresário ainda produzia as excursões para acompanhar os jogos em outras cidades.

Se a Coligay foi e é alvo de chacota do arqui-inimigo colorado, também não foi diferente com as torcidas organizadas do próprio clube. A torcida oficial Eurico Lara tinha forte disciplina interna, sendo a mais contrária aos torcedores gays. Já a Força Azul, que também demorou a aceitar a Coligay, foi menos refratária. No entanto, os garotos da organizada gay respondiam aos insultos e fizeram aulas de caratê para se defender de eventuais agressões físicas.

Vibração renovada – Segundo o autor, a chegada da torcida foi marcada pela desconfiança entre os jogadores, mas, aos poucos, o time foi aceitando os torcedores. Conforme Gerchmann, os jogadores daquela época hoje reconhecem a importância da Coligay. Os gays passaram a frequentar o estádio, e o jeito de torcer foi renovado.

Após seis anos de agitação no Olímpico, a torcida foi extinta porque Volmar Santos foi embora para Passo Fundo por conta de problemas familiares. Não havia outra liderança como a do dono da Coliseu. “O Volmar foi muito mais para a Coligay do que Leonel Brizola para o PDT. Não havia possibilidade de a organizada prosseguir sem ele. O Brizola morreu, mas o partido continua até hoje na política”, compara. A “seleção” de Volmar terminou, mas deixou um sopro de novos tempos no homofóbico mundo do futebol. Infelizmente, em 2013, reações exageradas de preconceito foram destinadas ao jogador corintiano Emerson Sheik, que deu um selinho em um amigo após uma vitória do time. Mas exemplos como o da Coligay dão esperança de uma convivência mais pacífica em um futuro próximo.



RICARDO CHAVES



Coligay: Tricolor e de Todas as Cores

Léo Gerchmann
Porto Alegre: Libretos, 2014
192 páginas
R\$ 35 (preço médio)



O Labirinto da Solidão

Octavio Paz | São Paulo: Cosac Naify, 2014
320 páginas | R\$ 69 (preço médio)

Por trás da máscara

Esqueça os estereótipos. Deixe os tacos esfriando, tire o sombrero da cabeça, guarde a tequila para depois. Em *O Labirinto da Solidão*, a cultura mexicana é analisada profundamente, destoando das abordagens superficiais – talhadas no senso comum – muitas vezes presentes quando a temática é posta em discussão. Octavio Paz, ganhador do Nobel de Literatura de 1990, aborda questões gerais, como a religião, a vestimenta, o cotidiano e também características específicas, como o papel feminino na sociedade e o modo como a morte é assimilada pela cultura. Originalmente escrito em 1950, o autor apresenta um vasto painel histórico do México, incluindo observações que vão do período colonial até apontamentos que remetem à metade do século passado.

O principal mérito do escritor é não se restringir à sua terra natal. O poeta ilustra suas observações com comparativos referentes a outros povos e realidades diversas, que tornam mais legíveis as

interpretações apresentadas. Ao abrir o leque de abordagens, Paz sublinha ainda mais a singularidade presente no povo mexicano.

Exposta de maneira clara, séria e objetiva, a nova edição da obra conta ainda com um posfácio escrito em 1969. Dentre as temáticas trabalhadas, destaca-se a onda de protestos que assolou o mundo um ano antes, principalmente na França. Considerados por Paz um prolongamento crítico e autocrítico do livro, esses ensaios lançados 19 anos depois tiveram por objetivo decifrar a realidade dos mexicanos, que tanto intrigou o autor: “[...] nem era tanto o caráter nacional, mas o que esse caráter ocultava: o que está por trás da máscara”.

O Labirinto da Solidão apresenta informações e reflexões não apenas de um país, mas, sim, de um continente majoritariamente colonizado pelos espanhóis. Conforme explana o autor: “A crítica do outro começa com a crítica de si mesmo”. (Gabriel Jesus E. Brum)



A Fantástica Fábrica

Leo Felipe | Porto Alegre: Publicato Editora, 2014
276 páginas | R\$ 40 (preço médio)

O velho Garagem

Um dos bares mais influentes da cena underground porto-alegrense tem a sua história contada no livro *A Fantástica Fábrica*, por meio de relatos do jornalista Leo Felipe, um dos primeiros donos do local. Em funcionamento entre os anos de 1992 e 2000, o clássico Garagem Hermética foi palco para os principais artistas e bandas da cena gaúcha de rock da época, como Júpiter Maçã, Graforreia Xilarmônica, Ultramer e Space Rave, e realizou festas recheadas de música alternativa e drogas. A casa noturna ficava localizada em um antigo casarão da Rua Barros Cassal cujo piso de madeira velha “só não ruía porque balançava”. O local também tinha um dos banheiros mais insalubres de todos os tempos, que antes de ser reformado possuía uma banheira que virou mictório e um vazamento no cano do vaso sanitário que sempre inundava. Era, provavelmente, o lugar mais sem regras da cidade àquela época: sem respeito à lei do silêncio, com uma acústica péssima e o som sempre no último volume.

O Garagem não tinha autorização para utilizar o jardim que ficava nos fundos, onde acontecia o festival Cinemeando, com projeções de curtas independentes e filmes pornôs, fato que despertava a ira dos vizinhos, que jogavam objetos no pátio para parar com barulho. Leo Felipe relembra esses acontecimentos com muito despojamento, fazendo descrições precisas e tirando sarro de si mesmo. A narrativa não romantiza a história do bar, por vezes apontando os vários percalços para mantê-lo, como batidas policiais, a falta de dinheiro, as constantes reformas e os problemas com as drogas, tanto pelo tráfico como pelo seu uso excessivo. Ao final, o estilo de vida boêmio e sem regras, além do fraco retorno financeiro, fez com que o Garagem fosse vendido, marcando o final do bar que representou a contracultura na cidade e deixando muitos órfãos do local. As ilustrações do artista Diego Medina se inserem nas histórias do livro e, por vezes, são tão surreais que parecem ficcionais. (Laura Pacheco dos Santos)



Perspectiva animada

Cinema Produção de animações busca a consolidação no Brasil

O cinema brasileiro de animação vive um momento de destaque no cenário mundial. Além de exportar talentos para Hollywood – como os animadores Ennio Torresan, que trabalhou em *Madagascar*, e Carlos Saldanha, que levou o Brasil às salas de cinema de diversos países com o filme *Rio* –, novas animações produzidas no país vêm conquistando espaço nos festivais de cinema.

Em 2013, o longa-metragem *Uma História de Amor e Fúria*, do diretor Luiz Bolognesi, realizou um feito inédito ao vencer o prêmio de Melhor Filme no Festival de Cinema de Animação de Annecy, na França. Foi a primeira vez que uma produção brasileira entrou na seleção oficial do festival, considerado o mais importante do gênero. Na edição deste ano, que ocorre neste mês, a presença brasileira será marcante, como destacaram os organizadores da premiação ao anunciar os selecionados. Enquanto o longa *O Menino e o Mundo*, de Alê Abreu, vencedor de 10 prêmios em festivais de diferentes países, competirá na mostra oficial, mais dois filmes foram selecionados para a mostra não competitiva: *Luz, Anima, Ação*, de Eduardo Calvet, e *Até que a Sbórnia nos Separe*, de Otto Guerra e Ennio Torresan, produzido no Rio Grande do Sul.

Essas conquistas são resultado de um processo de crescimento vivido nas últimas décadas. Segundo dados da Associação Brasileira de Cinema de Animação, de 1990 a 2004, foram produzidos 589 filmes (entre curtas e longas-metragens). Até então, o país havia realizado pouco mais de 140 animações desde 1917, ano em que foi lançado *O Kaiser*, primeiro curta-metragem nacional do gênero.

Incentivos – Para Otto Guerra, veterano da animação no Brasil, o fenômeno ocorre devido à entrada do suporte digital no processo de produção. “O acesso de mais animadores à atividade profissional de feitura de filmes teve um forte avanço em função da entrada do suporte digital. A tecnologia democratizou a produção”, diz o cineasta, que viu sua própria produtora – a Otto Desenhos Animados, uma das pioneiras do país – ampliar suas atividades com a chegada dos computadores em meados da década de 90. Outro fator são as leis de incentivo à cultura, que possibilitam o financiamento para a realização artística.

Até que a Sbórnia nos Separe é um dos filmes premiados com esse tipo de apoio. Em 2004, o projeto, que se chamava *Fuga em Ré Menor para Kraunus e Pletskaya*, venceu o III Prêmio RGE/Governo RS de Cinema e recebeu o incentivo de um milhão e 500 mil reais. Inspirado no espetáculo *Tangos & Tragédias*, a animação é centrada nos músicos Kraunus e Pletskaya, personagens de Hique Gomez e Nico Nicolaiewsky, que também dublaram a adaptação. Na trama, a população da anacrônica Sbórnia tenta preservar sua identidade cultural quando os muros que cercam o pequeno

país fictício caem. “Acho o trabalho do Hique e do Nico uma referência básica na minha vida. Adaptar para a animação me pareceu uma forma de expandir esse mesmo universo em outra linguagem”, ressalta Otto. O filme demorou quase 15 anos para ser concluído. Em 2013, foi exibido no Festival de Cinema de Gramado e na Mostra Internacional de Cinema de São Paulo, vencendo o prêmio de melhor filme de ficção escolhido pelo júri popular em ambos os eventos. A estreia no circuito comercial deve ocorrer entre julho e agosto, com sessões em 2D e em 3D.

Desmonte e retomada – Otto abriu sua produtora em 1978, em Porto Alegre, mas o primeiro curta-metragem veio apenas em 1984. *O Natal do Burrinho* estreou no Festival de Cinema de Gramado. Na época, a produção do gênero ainda era escassa, apesar de os filmes lançados por Maurício de Sousa, adaptados dos quadrinhos de *A Turma da Mônica*, terem atingido sucesso comercial. Produtoras como a Otto Desenhos Animados se mantinham com a verba de filmes publicitários. “Era muito complexo lidar com as demandas de clientes e agências de propaganda. Mas, paralelamente, tocávamos filmes de ficção, e isso fazia muito sentido, então tudo valia a pena”, relembra.

Com a chegada da Era Collor, os órgãos de fiscalização e de incentivo ao cinema foram extintos, e a produção cinematográfica do país desacelerou bruscamente. Em meio a essas dificuldades, os animadores Aida Queiroz, Cesar Coelho, Léa Zagury e Marcos Magalhães criaram o Anima Mundi, principal festival de animação do país. “Sabíamos que estava acontecendo

uma grande retomada do cinema de animação mundial devido à era da computação que se iniciava”, conta Aida. “Precisávamos inserir o Brasil nesse movimento. Então, resolvemos apresentar ao público o real universo da animação, que ia muito além das produções Disney e Hanna Barbera que o brasileiro conhecia”, acrescenta.

Em meados da década de 90, o cinema nacional começou a recuperar o fôlego, e a animação acompanhou esse ritmo. O Anima Mundi viu seu público aumentar ano a ano, enquanto as produtoras conseguiram mais independência criativa para a realização de obras de ficção. Hoje, a Otto Desenhos Animados tem no seu currículo 10 curtas-metragens, além de séries de tevê e dos longas *Rocky & Hudson – Os Caubóis Gays* (1994) e *Wood & Stock – Sexo, Orégano e Rock’n’Roll* (2005), adaptados dos quadrinhos de Adão Iturrusgarai e Angeli, respectivamente. Desde 2010, a produtora realiza mais filmes de ficção do que peças publicitárias.

O Anima Mundi chega à sua 22.ª edição, exibindo produções nacionais e internacionais, entre curtas, longas-metragens, filmes infantis e experimentais. Neste ano, o festival ocorre nos meses de julho e agosto em São Paulo e no Rio de Janeiro. Ao todo, 418 filmes foram selecionados entre mais de mil inscritos. A partir de setembro, o festival circulará por outras cidades do país.

Desafios – Apesar do cenário positivo, a animação brasileira precisa superar algumas dificuldades, entre elas a concorrência com os grandes estúdios na distribuição. Os filmes são lançados em poucas salas e atraem um público pequeno

em comparação às animações de Hollywood. “O cinema brasileiro ainda é independente, ou seja, não flui de uma forma comercial, se pagando através das bilheterias, e a animação atua nesse mesmo segmento”, ressalta Otto. Para Aida, “faltam escolas de excelência na formação de animadores e técnicos, além da desburocratização do setor dentro da indústria criativa”.

Atualmente, há poucos cursos voltados exclusivamente para esse nicho no ensino superior. Um dos mais tradicionais é o curso de Pós-graduação em Animação da PUC-Rio, que já formou cerca de 100 alunos desde 2004. Existem ainda cursos técnicos oferecidos por produtoras de animação, como o AnimaEdu, criado por Otto Guerra, que tem aulas a distância. O Anima Mundi também promove cursos durante o ano todo no Rio de Janeiro. “Nossos alunos são jovens adultos, com idade entre 20 e 30 anos. Muitos têm curso de graduação em áreas variadas, mas também participam pessoas mais jovens e mais velhas e sem curso universitário. O que os une é o desejo de trabalhar com animação”, destaca Aida.

Para a diretora, a falta de escolas dificulta a difusão da prática de animação, o que faz com que os filmes nacionais sejam tecnicamente muito diferentes entre si, dependendo da capacidade do autor. Ainda assim, ela acredita que os animadores brasileiros tenham em comum um potencial criativo para se expressar por intermédio de suas obras de forma livre. Filmes autorais como *Até que a Sbórnia nos Separe* e *O Menino e o Mundo* são exemplos disso.

Thais Seganfredo, estudante do 5.º semestre de Jornalismo da Fabico

OTTO DESENHOS ANIMADOS/DIVULGAÇÃO



Até que a Sbórnia nos Separe estreia no circuito comercial entre julho e agosto, nos formatos 2D e 3D

► **Redação** Thaís Bueno Seganfredo Fone: 3308-3368 | Sugestões para esta página podem ser enviadas para jornal@ufrgs.br

DESTAQUE

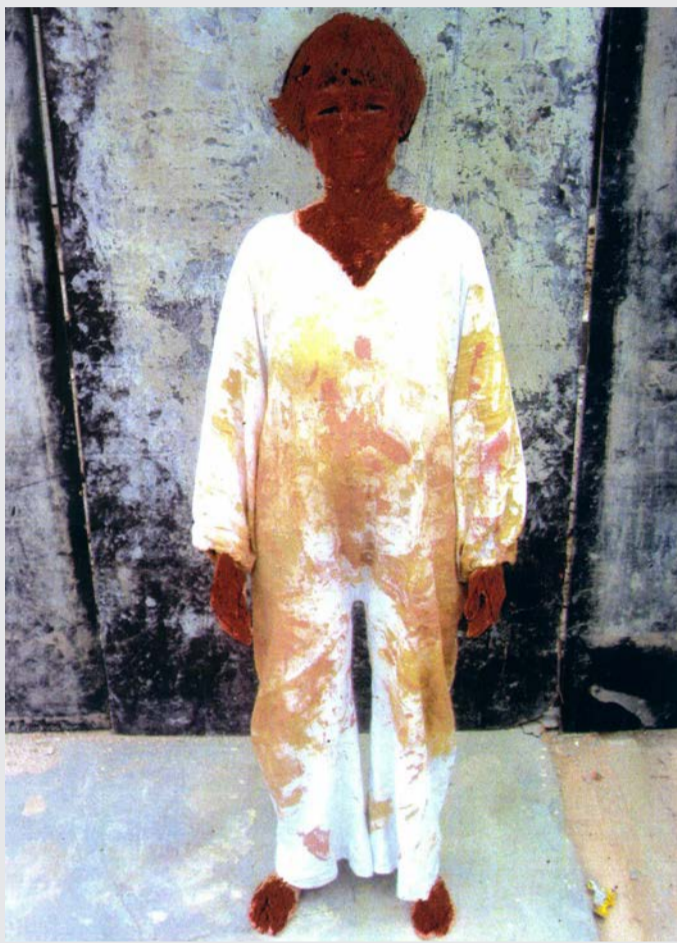
Corpo e construção

Artes

Exposição propõe reflexão sobre as relações da obra com o corpo do artista

Cimento, barro, entulho e máquinas. Foi a partir desse cenário que as alunas do Instituto de Artes da UFRGS Clarissa Silveira, Luciana Barbosa e Léa Ciquier se uniram para pensar a incorporação dos espaços em obra pelo artista. Performances e intervenções artísticas registradas em fotografias e em vídeo deram origem à exposição *A Pele da Obra #6*, aberta de 2 a 20 deste mês no Espaço Ado Malagoli do Instituto de Artes. Como explica Clarissa, “o ponto de partida da exposição é a incorporação do lugar pelo artista. Isso se dá na experimentação de um estado de abertura corporal em contato com o lugar e suas especificidades, o que possibilita a criação de novos objetos e ambientes”.

O conceito *A Pele da Obra* engloba uma plataforma de ações que as artistas desenvolvem desde 2012. A origem do projeto se deu quando Clarissa criou dois vestíveis de algodão que foram impregnados de barro enquanto ela trabalhava no ateliê de cerâmica da UFRGS. “Instalei o vestível preto completamente impregnado de barro no canteiro de obras do novo prédio da Engenharia e o chamei de *A Pele da Obra*”, conta. O processo foi registrado em fotografias por Luciana e Léa, que a seguir ganharam a intervenção de pinturas em barro e foram transformadas



em cartões-postais, os quais poderão ser retirados pelo público na exposição. “A situação de ‘estar em obra’ é o que move a poética do trabalho. Por isso, a ideia de processo é central, já que há sempre uma sobreposição de tempos que se materializam em diferentes meios e objetos, como camadas de pele sobrepostas. Curiosamente, os postais *A Pele da Obra #2, #3 e #4* indicam um lugar, um corpo e uma situação que não existem mais”, revela Clarissa.

Em 2013, a artista voltou ao local, já com o prédio em fase de finalização, e realizou a performance *A Pele em Andamento*, usando outro vestível, confeccionado na cor branca, também impregnado de barro.

Desenhos e panos de algodão com fotografias da apresentação estarão presentes na mostra, assim como o vestível branco usado na ocasião e um vídeoarte mostrando todo o processo. Em 2014, a performance foi repetida nos corredores de ônibus das imediações do Câmpus Central da UFRGS. “Na performance, ativamos espaços urbanos em estado de obra, potencializando seus elementos poéticos e os transformando em arte urbana. Nessa intervenção, todas estão corporalmente presentes, dentro de um trabalho só”, conta. A exposição pode ser visitada de segunda a sexta-feira, das 9h às 21h, no Espaço Ado Malagoli (Rua Senhor dos Passos, 248), com entrada franca.

CINEMA

A Geração do Cinema Falado

Ciclo de filmes que inspiraram François Truffaut. Sessões na Sala Redenção. Entrada franca.

GLÓRIA FEITA DE SANGUE
(*Paths of glory*, EUA, 1957, 84 min), de Stanley Kubrick
Sessão: 2 de junho, 16h

O GRANDE GOLPE
(*The killing*, EUA, 1956, 84 min), de Stanley Kubrick
Sessões: 2 de junho, 19h; 3 de junho, 16h

O MENSAGEIRO DO DIABO
(*The night of the hunter*, EUA, 1955, 93 min), de Charles Laughton
Sessões: 3 de junho, 19h; 4 de junho, 16h



O GRANDE MOTIM
(*Mutiny on the bounty*, EUA, 1935, 132 min), de Frank Lloyd
Sessões: 4 de junho, 19h; 5 de junho, 16h

DOZE HOMENS E UMA SENTENÇA
(*12 angry men*, EUA, 1957, 96 min), de Sidney Lumet
Sessões: 5 de junho, 19h; 6 de junho, 16h

A CONDESSA DESCALÇA
(*The barefoot contessa*, EUA, 1954, 130 min), de Joseph Mankiewicz
Sessões: 6 de junho, 19h; 9 de junho, 16h

QUEM É O INFIEL?
(*A letter to three wives*, EUA, 1949, 103 min), de Joseph Mankiewicz
Sessões: 9 de junho, 19h; 10 junho, 16h

A MALVADA
(*All about Eve*, EUA, 1950, 138 min), de Joseph Mankiewicz
Sessões: 11 de junho, 16h; 12 de junho, 16h; 20 de junho, 16h

BOM DIA, TRISTEZA
(*Bonjour tristesse*, França, 1958, 94 min), de Otto Preminger
Sessões: 12 de junho, 19h; 13 de junho, 16h

CARMEN JONES
(*Carmen Jones*, 1954, 115 min), de Otto Preminger
Sessões: 13 de junho, 19h; 16 de junho, 16h

O HOMEM DO BRAÇO DE OURO
(*The man with the golden arm*, EUA, 1955, 119 min), de Otto Preminger
Sessões: 16 de junho, 19h; 17 de junho, 16h

JOANA D'ARC
(*Saint Joan*, EUA, 1957, 110 min), de Otto Preminger
Sessões: 17 de junho, 19h; 18 de junho, 16h

JOHNNY GUITAR
(*Johnny Guitar*, EUA, 1954, 110 min), de Nicholas Ray
Sessões: 20 de junho, 19h; 23 de junho, 16h

DELÍRIO DE LOUCURA
(*Bigger than life*, EUA, 1956, 95 min), de Nicholas Ray
Sessões: 23 de junho, 19h; 24 de junho, 16h

AMARGA ESPERANÇA
(*They live by the night*, EUA, 1949, 95 min), de Nicholas Ray
Sessões: 24 de junho, 19h; 25 de junho, 16h

NO SILÊNCIO DA NOITE
(*In a lonely place*, EUA, 1950, 94 min), de Nicholas Ray
Sessões: 26 de junho, 16h; 30 de junho, 19h

CINZAS QUE QUEIMAM
(*On dangerous ground*, EUA, 1951, 82 min), de Nicholas Ray
Sessões: 26 de junho, 19h; 27 de junho, 16h

JUVENTUDE TRANSVIADA
(*Rebel without a cause*, EUA, 1955, 111 min), de Nicholas Ray
Sessões: 27 de junho, 19h; 30 de junho, 16h

Cineclubes da Ciência Política

Ciclo promovido pelo Programa de Pós-graduação em Ciência Política. Sessões com entrada franca, seguidas de debates, no miniauditório do IFCH.

CRISIS
(EUA, 1963, 52 min), de Robert Drew
Sessão: 5 de junho, 18h30

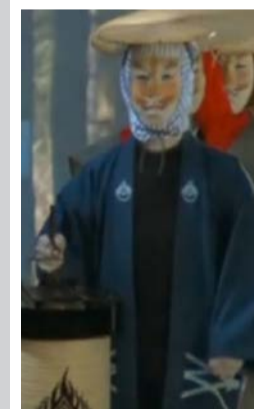
Sessões Acessíveis

Projeto que exhibe mensalmente filmes nacionais na Sala Redenção com recursos de acessibilidade. Entrada franca.

COLEGAS
(Brasil, 2012, 99 min), de Marcelo Galvão
Sessão: 11 de junho, 19h

História da Arte e Cinema: Heterotopias

Ciclo que explora temas da história da arte. Sessões com entrada franca seguidas de debate na Sala Redenção.



SONHOS
(*Yume/Dreams*, Japão, 1990, 120 min), de Akira Kurosawa
Comentários: Rosângela Veiga, bacharel em Museologia e Biblioteconomia pela UFRGS.
Sessão: 18 de junho, 19h

ONDE?

► **Auditório do HCPA**
Rua Ramiro Barcelos, 2.350
Fone: 3308-4310

► **Miniauditório do IFCH**
Av. Bento Gonçalves, 9.500
Fone: 3308-6648

► **Praça Central do Câmpus do Vale**
Av. Bento Gonçalves, 9.500
Fone: 3308-3933

► **Sala Alzira Azevedo**
Av. Salgado Filho, 340
Fone: 3308-4318

► **Sala João Fahrion**
Av. Paulo Gama, 110, 2.º andar
Fone: 3308-3034

► **Sala Redenção**
Rua Luiz Englert, s/n.º
Fone: 3308-3933

► **Salão de Atos**
Av. Paulo Gama, 110
Fone: 3308-3066

TEATRO

Teatro, Pesquisa e Extensão

Mostra anual universitária que apresenta uma seleção dos trabalhos de alunos do Curso de Teatro da UFRGS. Sessões com entrada franca.

NO AR
A peça resgata o encanto dos bastidores da Época de Ouro do rádio gaúcho, por meio da história de três radioatores que tentam salvar a rádio em que trabalham. Elenco: Alessandra Souza, Jessica Christmann, Juliano Rabello, Luiz Manoel Alves. Sessões: 4 e 11 de junho Local e horário: Sala Alzira Azevedo, às 12h30 e às 19h30

ESPECIAL

Conferências UFRGS

Ciclo que tem por tema “Passado mais que presente”, em que se mostra que as ideias e realizações ocorridas há tempos continuam presentes, mas são atualizadas pelas circunstâncias contemporâneas do contexto da Universidade e da Sociedade.

CONSOLIDAÇÃO DA MEMÓRIA

Palestra com Ivan Izquierdo sobre o trabalho do Centro da Memória da PUCRS, que se dedica a desvendar os mecanismos da bioquímica e da neurociência envolvidos na consolidação da memória.
Data: 11 de junho Local e horário: Sala II do Salão de Atos, 19h

EXPOSIÇÃO



Percurso do Artista

Exposição que faz uma retrospectiva dos 50 anos de carreira de Luiz Gonzaga Mello Gomes. A mostra tem curadoria da professora Blanca Brites. Visitação: até 17 de outubro Local e horário: Sala João Fahrion, de segunda a sexta, das 10h às 18h

MÚSICA

Núcleo da Canção

Atividade desenvolvida em parceria entre o Departamento de Difusão Cultural e os institutos de Artes e de Letras, em que se discutem as contribuições da canção popular para a música brasileira.

RECITAL SOLO DE THIBAUT CAUVIN

O violonista francês vem ao Brasil em turnê organizada pelo governo francês. O recital é uma atividade de pré-lançamento do Festival de Violão, dentro das ações comemorativas dos 80 anos da UFRGS.
Data: 1.º de junho Local e horário: Sala II – Salão de Atos, 19h Entrada franca

Interlúdio

Projeto com recitais de alunos do Departamento de Música do Instituto de Artes. Entrada franca.

RECITAL DO DUO VIOLÃO BRASIL

Lucas Ferreira Piccoli e Miguel Besnos apresentam repertório com obras de Marlos Nobre, Radamés Gnatalli, Heitor Villa-Lobos e Sérgio Assad.
Data: 6 de junho Local e horário: Auditório do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, 19h Retirada de ingressos das 8h às 16h na recepção da Fundação Médica (Rua Ramiro Barcelos, 2.350 – sala 177)

Vale Doze e Trinta

Projeto que promove shows no Câmpus do Vale com bandas formadas por estudantes da UFRGS. Entrada franca.

ORQUESTRA DE MULHERES

O grupo estreou no Festival de Culturas do Centro de Vivências do Câmpus do Vale e traz Cris e Marina (voz), Micha (agudos intensos, batucas e retruques), Ana Letícia (voz, percussão e malabares), Pamelouca (voz, percussão e violão), Bárbara (voz, violão, percussão), Deborah, Marília e Sofia (voz, percussão).
Data: 10 de junho, Local e horário: Praça Central do Câmpus do Vale

Ensinar como ideal de vida

Maria Beatriz Luce *Atual secretária de Educação Básica do MEC fala de sua carreira docente*

Everton Cardoso

“Ainda hoje tenho um caderno do MEC em que anotava o nome de cada um dos meus alunos particulares e quanto eu cobrava deles por semana”, conta a professora titular da UFRGS e atual secretária de Educação Básica do Ministério da Educação, Maria Beatriz Luce. “No começo, eram 50 centavos do dinheiro da época”, detalha sobre o início de sua carreira no final dos anos 1960.

Nas anotações da então recém-egressa do curso normal do Instituto de Educação estava anunciada a trilha por onde andaria: “Não tinha nada de pedagógico; já era uma gestora”. De Ana Lúcia, a primeira aluna particular que teve, vem aquela que é sua recordação mais marcante do princípio de suas incursões pelo magistério: “Percebi que tinha conseguido alfabetizar uma criança que não tinha tido sucesso na escola”. A mãe da menina era professora no grupo escolar Três de Outubro, que ficava na Zona Sul da capital, e onde Maria Beatriz estudara – daí veio o primeiro contato. “Durante o verão, dei aulas em quase todos os dias”, conta sobre a experiência que a tornou conhecida no bairro em que morava, a Tristeza, e que lhe trouxe ainda mais alunos. “Teve outro menino que ficou três ou quatro anos comigo; tinha dificuldades de aprendizagem”, recorda.

Aprendizado na prática – Das noites na cozinha da casa da mãe também vem uma lembrança que demonstra que – desbravadora – a então jovem professora aprendera na prática o quanto a rotina docente tem de trabalhosa e o quanto exige do profissional um tipo de perspicácia e de aprendizado que transcende a pedagogia e suas áreas afins. Está na ordem das coisas mais práticas e na superação das limitações do dia a dia: “Eu fazia uma gelatina bem dura, com mais ou menos um dedo de espessura, numa fôrma de alumínio – dessas retangulares que todo mundo tem em casa. Depois, pegava uma cópia feita com papel carbono, colocava sobre a gelatina e apertava até que a tinta ficasse impressa sobre a superfície. Punha, então, a folha branca e esfregava para que a tinta passasse para a página. Dava para tirar umas cinco ou seis cópias”. Essa era uma maneira de a então principiante driblar o alto custo das matrizes e do mimeógrafo a álcool – material e tecnologia disponíveis para fazer cópias em tempos em que não havia copiadoras. O mais comum era que os textos fossem manuscritos, mas Maria Beatriz já dispunha de uma máquina de escrever que ganhara da avó ao ingressar no curso normal. “São as técnicas educacionais de cada época”, ressalva.

Também o pragmatismo foi o que a levou a escolher o caminho no ensino médio, que depois definiria os rumos de sua vida: pensava em

fazer científico, mas o curso normal foi uma exigência materna. “Minha mãe havia ficado viúva muito cedo, aos 34 anos. Éramos quatro filhos – eu, a mais velha. Ela era funcionária da Caixa Econômica Federal, o que significava muitas responsabilidades e pouco dinheiro”, recorda. A mãe, então, determinou que as três meninas – apenas o caçula era menino – deveriam preparar-se para uma carreira que lhes desse boa formação e, ao mesmo tempo, garantisse a possibilidade de trabalhar o quanto antes. Depois, ao ingressarem na universidade, poderiam escolher o curso que quisessem. “Mas eu me apaixonei pelo mundo do ensino”, diz. “A escola normal me permitiu fazer pequenas práticas em casa e no próprio Instituto de Educação, quando faltava professor ou quando éramos convidadas a dar algumas horas de aula”, rememora.

Também o estágio, ao final do curso, é lembrança terna, principalmente pelo papel desempenhado pela orientadora Liba Knijnik: “Ela foi inesquecível! Me incentivava, confiava em mim”. À época, o IE mantinha escolas específicas para que as normalistas pudessem fazer suas práticas docentes. “Todos os professores dessas escolas eram estagiários, exceto a diretora”, frisa sobre o lugar em que assumiu uma turma como regente pela primeira vez. “Ficava no Menino Deus. Eu descia do ônibus na Avenida Praia de Belas e ia a pé até a escola”, conta. A turma era de quinto ano primário, nível de instrução que, depois, seria o seu lugar cativo em sua estreia profissional no Colégio João XXIII.

“Foi muito importante para a minha formação”, avalia sobre o trabalho que iniciou assim que ingressou no magistério. “A escola estava iniciando. Foi fundada pela Zilá Totta, que era uma educadora muito reconhecida na área de Filosofia e que tinha sido diretora do Colégio Estadual Pio XII, com mais três colegas”, diz. A proposta da instituição era bastante inovadora para aquele momento; foi dos primeiros colégios privados de Porto Alegre sem vinculação religiosa. Maria Beatriz destaca que, entre os princípios fundantes do projeto, estavam a participação comunitária, a liberdade, a cidadania e a atuação em movimentos sociais – daí o nome em homenagem ao papa que pretendeu aproximar a Igreja Católica desses ideais. “Logo depois da fundação, a escola se tornou verdadeiramente comunitária: os pais participavam muito da gestão por meio de assembleias, os professores faziam reuniões mensais de planejamento e avaliação com os pais da turma. É muito do que hoje defendemos como gestão democrática para escolas públicas”, diz sobre a experiência que delineou boa parte de seus ideais.

Dedicação integral – Durante a década de 1970, Maria Beatriz formou-se em Pedagogia pela

UFRGS, na então recém-estruturada Faculdade de Educação. “Na época, uma colega e eu éramos representantes estudantis na congregação da Faced, que era um colegiado maior”, relembra sobre seu já inicial envolvimento nos processos administrativos da unidade. Recém-licenciada em Pedagogia, logo ingressou na primeira turma de mestrado em Educação oferecida na Universidade. “Me formei em dezembro de 1971 e já na primeira semana de janeiro comecei o mestrado. Eram alunos desse programa meus professores na UFRGS e mesmo docentes da área em outras instituições. Em março daquele ano tornei-me professora horista na mesma instituição em que estudara. “Não terminei o mestrado aqui. Meu namorado na época se formou na Administração e ganhou bolsa para pós-graduação nos EUA. Casamos

e fomos estudar na Michigan State University”, relata sobre a primeira saída junto com Fernando Bins Luce para estudar no exterior; logo depois, ambos novamente se ausentariam do Brasil para fazerem seus estudos de doutoramento na mesma instituição estadunidense.

Atuação histórica – Depois de entrar para o quadro efetivo da UFRGS, em 1974, Maria Beatriz foi enfileirando uma série de atuações em momentos decisivos do desenvolvimento da educação no Brasil: participou das discussões sobre temas educacionais durante a assembleia constituinte; liderou entidades de pesquisa em sua área de investigação; integrou o Conselho Nacional de Educação; e foi reitora da Universidade Federal do Pampa no quadriênio de sua instalação. Mas reforça: “A Faced é a minha casa. Conheço cada parede,

cada prego, a história”. Tanto é que de quando em quando se depara com o passado: “Tia Biti!”, gritou certa vez uma voz desconhecida nas escadarias da Faculdade. Foi como se, de repente, a pesquisadora universitária fosse transportada aos tempos do João XXIII. Era Maria Carmem Silveira Barbosa, docente da UFRGS que fora sua aluna no quinto ano. “Quando eu era professora primária, era moderno ser chamada de tia, para aliviar a figura autoritária do professor”, conta sobre por que era conhecida por seu apelido familiar. “Isso mudou na década de 1980, quando passamos a trabalhar pela revalorização do magistério”, justifica-se. E pontua: “É preciso mostrar às novas gerações o que fomos conquistando, como fomos nos organizando, principalmente no direito e na garantia do dever que o Estado tem de educar”.

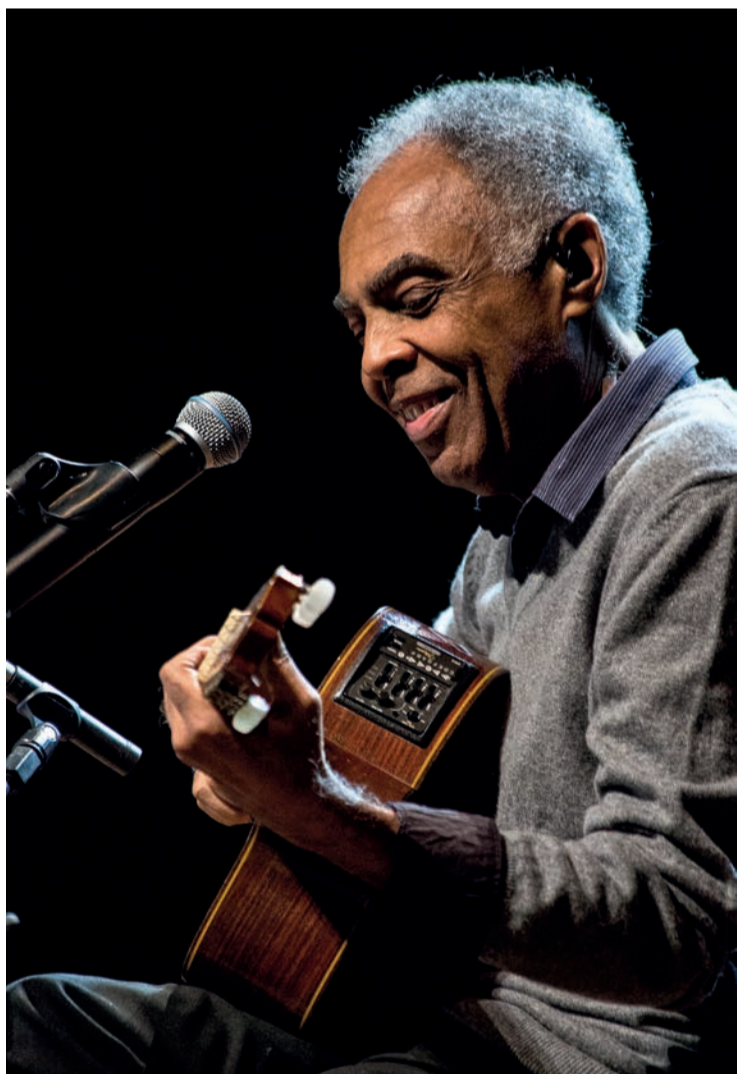


FLAVIO DURTA/JU



FLAVIO DUTRA/JU

Gil



MACIEL GOELZER

TEXTO
LÍGIA PETRUCCI

FOTOS
FLÁVIO DUTRA
MACIEL GOELZER
RAMON MOSER

O mundo dos bastidores é, por definição, um mundo à parte. Espacialmente, os bastidores são tudo aquilo que, do lado de cá de um palco, está fora da cena, longe do campo de visão do espectador. Por associação ou analogia, a palavra acabou adquirindo uma conotação temporal, já que também diz respeito a certo tipo de trabalho que se realiza antes ou depois de uma apresentação, como a colocação de um cenário ou a afinação da luz cênica, por exemplo. Pois esse mundo dos bastidores, com espaço e tempo bem específicos, tem regras próprias e rituais muito particulares. De todos, um dos que mais me fascina é o da passagem de som. Tenho a impressão de que, nesse momento, o artista revela muito de sua relação com a música. E com as coisas da vida. Pensando por aí, a passagem de som para a aula-show de Gilberto Gil que ocorreu na noite do dia 4 de maio, no Salão de Atos, foi mesmo inspiradora. Ele chegou exatamente na hora prevista e, quando voltei à coxia, pude vê-lo de costas, sentado no banco do piano Steinway, levemente encurvado sobre o violão, com a imensa plateia vazia à frente. Ficou ali por uma hora, repassando as canções (nos últimos

dias, ficamos sabendo, tinha estudado *Sandra e Copo Vazio*, que há anos não tocava) e trabalhando ao lado de seu técnico para ajustar a sonoridade da voz e do instrumento. Testou um violão, optou pelo outro. Depois, apurou graves e agudos em um exercício de paciência e concentração que fixou em mim a imagem de um homem simples e de um artista extraordinariamente disponível. De alguma forma, era a exata antecipação do que veríamos em cena minutos depois. No intervalo, Gil recebeu poucos jornalistas, afinou com Flavio Azevedo o roteiro da conversa e recolheu-se ao camarim, organizadíssimo e sem maiores luxos, a não ser pelas flores, que, a pedido da produção, a diretora da Difusão Cultural, Claudia Boettcher, colocara na bancada. Assim, os bastidores de nosso teatro, que já recebeu tantos artistas incríveis, tornavam-se temporariamente a casa de Gilberto Gil. Na hora dos acertos finais, mais um pedido: que só começássemos depois que ele estivesse posicionado na boca de cena, onde aguardaria, em prontidão, o anúncio de seu nome. Foi uma noite em que, como diz Caetano naquela canção, nossa humanidade cresceu.



FOTOS: RAMON MOSER/JU



LÍGIA PETRUCCI É CURADORA DO UNIMÚSICA.

FLÁVIO DUTRA E **RAMON MOSER** SÃO FOTÓGRAFOS DA SECOM/UFRGS.

MACIEL GOELZER É ALUNO DO INSTITUTO DE ARTES E BOLSISTA DO DEPARTAMENTO DE DIFUSÃO CULTURAL DA UFRGS.



Comunidade do bairro Humaitá, na Zona Norte de Porto Alegre, antecipou-se ao lançamento do Código Municipal de Limpeza Urbana, na tentativa de evitar acúmulo de lixo

Nós e a lei

Cumprir ou não cumprir
*Mesmo criando 18 leis por dia,
o Brasil convive com atos de
resistência às normas, seja
pelo viés cultural, seja por
interesses econômicos*

TEXTO **JACIRA CABRAL DA SILVEIRA**

FOTOS **FLÁVIO DUTRA**

Quando os veículos de comunicação divulgam ações como a do Departamento Municipal de Limpeza Urbana de Porto Alegre (DMLU), que implantou o Novo Código de Limpeza Urbana, prevendo a aplicação de multas para infrações como jogar uma bagana de cigarro em via pública ou descartar rejeitos empresariais em locais impróprios, muitos se perguntam: essa lei será cumprida? Existem fiscais suficientes? Não haverá aqueles que darão um jeitinho para descumprir a lei ou esquivar-se da multa? Independentemente da relevância da legislação e do seu legítimo propósito, cada nova regra implementada no país deixa margem à pergunta: não será mais uma *lei para inglês ver*?

Desobediência – Essa expressão, aliás, é jocosamente atribuída à Lei de 7 de novembro de 1831, que declarava livres os africanos desembarcados em portos brasileiros desde aquele ano, mas cuja verdadeira intenção era agradar aos parceiros comerciais ingleses, que haviam abolido o trabalho escravo e pressionavam os demais países para que fizessem o mesmo. Na prática, entretanto, não foi bem isso o que ocorreu.

Na tentativa de entender o perfil brasileiro no que tange ao cumprimento das leis, em abril de 2013, o Centro de Pesquisa Jurídica Aplicada da Escola de Direito de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas, divulgou o resultado do Índice de Percepção do Cumprimento da Lei (IPCLBrasil). Com base no estudo, 82% dos entrevistados consideram que “é fácil desobedecer às leis no país”. Entre os entrevistados, os que mais concordaram com tal afirmação foram os jovens com renda alta, escolaridade média e residentes nos estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul.

Essa tendência à insubordinação pode ser ilustrada com o uso que alguns brasileiros têm feito do Waze, aplicativo israelense gratuito para *smartphones* e *tablets* que utiliza o GPS dos celulares e mapas editados pelos usuários para calcular o trânsito das ruas e sugerir a melhor rota. Só que, além de monitorar o trânsito e indicar o caminho mais rápido para determinado trajeto, o Waze notifica sobre itens que afetam o trânsito, como obras e acidentes, assim como inspeções policiais e radares. De acordo com a diretora do Waze, Di-Ann Eisnor, em entrevista à Folha on-line o emprego do aplicativo de navegação para fugir de radares e blitzes contra direção alcoolizada é uma peculiaridade dos usuários brasileiros.

E não é por falta de normas que a cultura do não cumprimento das leis se justifica. Conforme reportagem publicada pelo jornal O Globo, de 2000 a 2010, o Brasil criou o equivalente a 18 leis por dia. E, de um total de 75.517 leis, contabilizando legislações ordinárias e complementares estaduais e federais, além de decretos, o Rio Grande do Sul ficou em terceiro lugar com 4.281 leis promulgadas, permanecendo atrás apenas de Minas Gerais (6.038 leis) e Bahia (4.467 leis).

Entretanto, na avaliação do jurista e professor de Direito Constitucional da UFRGS Eduardo Carrion, é necessário cautela quando se abordam aspectos relacionados à dinâmica jurídica, do contrário, “ao olhar leigo, pode passar a impressão de que a lei não é cumprida”. Ele chama a atenção para as funções legitimadora e reguladora da norma jurídica, a partir das quais a sociedade se estrutura e organiza. Enquanto a primeira se define mais no sentido simbólico como instrumento de afirmação de valores e de legitimação do status quo, a segunda, que é a principal tarefa do Direito, tem a função de regulação social.

Efetividade relativa – Relativizar é a recomendação do jurista quando a discussão se foca no efetivo cumprimento das leis. Para Carrion, questões em torno das normas jurídicas não devem-se restringir ao sim e ao não, mas abranger a importância do entendimento das normas pela sociedade. Para ilustrar, cita o exemplo dado por um jurista francês ao falar da efetividade das leis: “Imaginem a cena: tarde da noite, três motoristas a 60 km/h numa avenida de uma grande cidade aproximam-se de um semáforo com sinal vermelho. O primeiro motorista reduz a velocidade e para rigidamente, aguarda o sinal verde e avança; o segundo, simplesmente ignora o sinal e segue na mesma velocidade; o terceiro vem reduzindo a velocidade, chega próximo à sinaleira, olha para os dois lados e prossegue após perceber não vir ninguém. Para qual dos três a norma foi mais efetiva? Para o terceiro?”

Para Carrion, a efetividade da aplicação de leis como o Novo Código do DMLU pode ser analisada a partir da cena descrita pelo jurista francês. Segundo o professor, ainda que os infratores responsabilizados atinjam percentuais ínfimos, não significa que a regra não seja efetiva: “É impraticável que uma norma como essa alcance alto percentual, ou teríamos de ter um agente administrativo atrás de cada cidadão”, argumenta.

O longo trajeto da implantação

Apoiado num bastão de madeira, Luís Antônio desloca-se tenso de um lado a outro. Ele acompanha atentamente o trabalho dos garis que recolhem o lixo espalhado sobre a canalização do arroio que costeia parte do Beco X, no bairro Humaitá, zona norte de Porto Alegre. O corredor repleto de todo tipo de sujeira chega à porta de sua casa, onde Monique brinca com rosas de plástico de um tom laranja desbotado, possivelmente resgatadas dos entulhos. Patrique, o primo, também anda por ali. Ambos moram com o avô, a quem todos na vila apontam como o responsável pelos resíduos. “O lixo é meu”, assume.

Seu Luís é um homem de altura mediana, corpulento e com barriga proeminente. Move-se devagar, o sobrepeso e o diabetes dificultam seu deslocamento. Por isso o uso do ‘caxado’, que torna sua figura ainda mais peculiar. Os pés, inchados e

com curativos da última internação por conta da doença, espalham-se nos chinelos de dedo, deixando à mostra as unhas grossas e escuras, impregnadas da sujeira que mistura lixo e “água podre”, que ele diz vir do cano quebrado da fábrica ao lado. “Eu já pedi pra eles consertarem, mas ninguém vem”, conta, reclamando da prefeitura.

A presença do DMLU, entretanto, não o intimida. Até se diz satisfeito com a ação de limpeza: “Agora não vou mais aceitar madeira, só plástico e papelão”, comenta, referindo-se ao novo acordo que fez com as empresas que diariamente esvaziam caminhões de lixo nos dois contêineres que até poucos dias ficavam próximos à entrada do Beco. “Eles largam pra mim de graça aqui!”, gaba-se do ‘bom negócio’. Perguntado sobre o nome de seus parceiros empresariais, desconversa. Diz apenas que precisa continuar trabalhando com o lixo,

porque só com remédios gasta de 300 a 450 reais por mês: “Minha mulher ganha salário mínimo”, acrescenta.

Novo Código – Enquanto seu Luís conversa, seu ajudante, um homem mais jovem e franzino movimentava-se entre os garis. Ele transporta papelão num carrinho que conduz até o galpão, a poucos metros da entrada do Beco, ainda dentro da vila. “São locais clandestinos de reciclagem”, identifica o coordenador da fiscalização do DMLU, Cesar Augusto Keller Souza, que acompanha a ação da prefeitura. “Ele é como se fosse a pontinha da empresa que deixa o lixo aqui”, afirma, apontando para seu Luís: “Não há como notificar um cidadão como este, ele não tem como pagar, esse ônus caberá às empresas”, ressalta.

O comentário de Cesar vem ao encontro da explicação do jurista Eduardo Carrion, quando argumen-

ta sobre a necessidade de relativizar ao se falar na efetividade das leis. Embora o novo código preveja quatro valores de multa aos infratores (conforme quadro ao lado), de acordo com dirigentes do setor, pessoas como os catadores de rua ou moradores de vilas não serão multados. Para essa população o objetivo da aplicação da lei é desenvolver ações de conscientização como a iniciada no dia 7 de maio no bairro Humaitá.

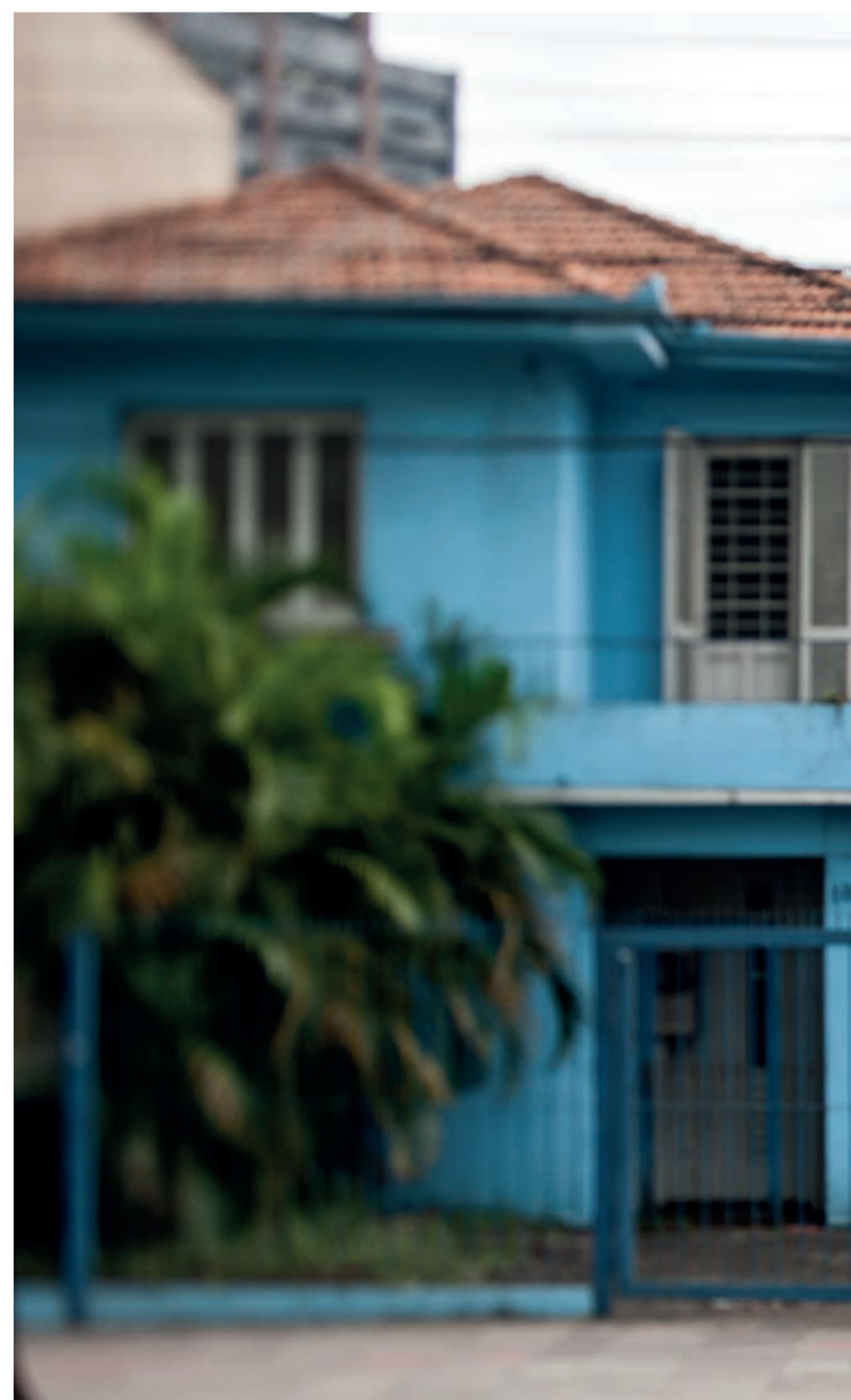
Segundo o diretor-geral do DMLU, André Carús, a escolha dessa região para dar início à interiorização do projeto nos bairros da capital deve-se ao fato de ali concentrar-se grande número de focos crônicos de descarte de lixo: “Em praças, canteiros, esquinas, no arroio que vem desde o bairro Anchieta, cruza a região Humaitá/Navegantes e passa por dentro do Beco X. Em toda a cidade são 450 focos”, descreve. Durante um período de 30 dias, assistentes

sociais e educadores realizaram atividades de educação ambiental junto às escolas públicas e privadas e de conscientização entre os moradores das vilas do bairro.

Além da presença de André e Cesar, a Guarda Municipal também acompanhou o trabalho dos garis no lixão próximo à casa do seu Luís. “Apoio visual” é como o coordenador da fiscalização classifica a presença dos guardas no momento da limpeza do local. Dias antes, numa das constantes coletas de detritos naquela área, foi espalhada a notícia da ação do dia 7. Isso explica, na avaliação de Cesar, o desaparecimento dos dois contêineres que as empresas mantinham ilegalmente no local para depositar o conteúdo dos caminhões para seu Luís e o ajudante, que diz morar em Viamão: “Não moro aqui nesse lixo não”, fala ao mesmo tempo em que carrega outro carrinho com papelão.

Enquanto a Câmara de Vereadores da capital discute um Projeto de Lei que altera as normas para a instalação de Estações Rádio Bases, muitas das torres já existentes desrespeitam a distância mínima dos prédios vizinhos

Morador do Beco X, no bairro Humaitá, seu Luís Antônio acompanhou a ação promovida pelo DMLU como parte de um programa de conscientização do novo Código de Limpeza Urbana



Pra doer no bolso

Em janeiro deste ano foi sancionada a Lei Complementar n.º 728/2014, que institui o novo Código Municipal de Limpeza Urbana de Porto Alegre, atualizando as regras que vigoravam desde 1990 e atendendo às exigências da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Entre os destaques da nova regra, estão a ampliação das ações de educação e sensibilização socioambiental e o endurecimento da punição para o descarte irregular de resíduos, que compreende quatro níveis de infração:



LEVES

R\$ 263,82

Atirar nos passeios públicos papéis, invólucros, embalagens ou assemelhados; realizar triagem ou catação no resíduo disposto em logradouros públicos; acondicionar resíduos orgânicos a serem recolhidos em sacos plásticos com volume superior a 100 litros; não haver nos veículos destinados à venda de alimentos de consumo imediato recipientes de resíduos orgânicos e recicláveis, com capacidade para comportar sacos de no mínimo 40 litros.



MÉDIAS

R\$ 527,65

Não acondicionar corretamente os resíduos em sacolas plásticas antes da coleta; não separar os resíduos domiciliares em resíduo orgânico e resíduo reciclável; não disponibilizar aos clientes de estabelecimentos comerciais recipientes próprios que garantam a separação dos resíduos; feirantes, artesãos, agricultores ou expositores não manterem permanentemente limpa suas áreas de atuação, acondicionando corretamente os resíduos em sacos plásticos.



GRAVES

R\$ 2.110,60

Desrespeitar os dias e turnos estabelecidos pelo DMLU para a coleta dos resíduos sólidos orgânicos e recicláveis; apresentar o resíduo à coleta após a passagem do veículo coletor; depositar resíduos sólidos recicláveis no interior dos contêineres destinados exclusivamente à coleta automatizada de orgânicos; depositar em quaisquer áreas públicas ou terrenos, de propriedade pública ou privada, resíduos sólidos de qualquer natureza; varrer para os logradouros públicos resíduos do interior de prédios, terrenos ou calçadas.



GRAVÍSSIMAS

R\$ 4.221,21

Descartar resíduos sólidos em locais não licenciados; descartar materiais cortantes ou pontiagudos imprópriamente embalados, podendo lesionar os garis; descartar resíduos especiais nos serviços de coleta domiciliar regular, coleta seletiva e em locais não licenciados para este fim; descartar em logradouros públicos resíduos decorrentes de decapagens, desmatamentos ou obras; depositar em riachos, canais, arroios, córregos, lagos, lagoas e rios ou às suas margens resíduos de qualquer natureza que causem prejuízo à limpeza ou ao meio ambiente; danificar equipamentos de coleta automatizada.

(valor da multa)

Em nome do meio ambiente

Quando falamos em legislação, estamos falando em política, em uma sociedade dividida em interesses, destaca o jurista e professor de Direito Constitucional Eduardo Carrion. Isso quer dizer, segundo o jurista, que essas legislações serão mais ou menos aplicadas em decorrência de tais interesses.

Embora não goste da expressão *lei para inglês ver*, pois defende a importância da legislação como um modo civilizatório de regulação social, Carrion reconhece que alguns setores enfrentam forte resistência no cumprimento de suas normas específicas quando interesses econômicos estão em jogo.

De acordo com o docente, o meio ambiente é um desses segmentos: “Um governador, um prefeito vai se importar com o meio ambiente em nome do desenvolvimentismo? Não, ele vai dar uma resposta para o empresariado. Quando houver o conflito entre o interesse econômico e a legislação ambiental, prevalece o interesse econômico”, enfatiza.

Resistência – A Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), uma das pioneiras no país a constituir-se, tem sido protagonista importante nesse cenário de resistência. No dia 20 do mês passado, a entidade conseguiu impedir a votação do Projeto de Lei do Executivo 57/13. O documento trata da modificação da Lei 8.896/2002, que dispõe sobre a instalação de Estações Rádio Bases (ERBs). Por solicitação da AGAPAN, o Tribunal de Justiça (TJ) determinou a realização de uma audiência pública para discutir o tema.

Dias antes, numa cena diferente da descrita na página ao lado – quando o DMLU desenvolveu ações para implementar o Novo Código de Limpeza Urbana de Porto Alegre em um dos lixões clandestinos do bairro Humaitá –, professores da UFRGS, juntamente com ambientalistas, foram convidados por uma das bancadas da Câmara de Vereadores a explicar tecnicamente as questões referidas no PLE 57/13. Se no primeiro ato é descrito o esforço da implantação de uma lei nova, no segundo, as argumentações contrárias às alterações propostas na PLE em questão descrevem o ato de resistência às leis.

“Retrocessos”, avalia Alfredo Gui Ferreira, presidente da AGAPAN, referindo-se especialmente a duas das alterações propostas pelo Executivo. Uma delas diz respeito à definição das torres de telecomunicação com estruturas de 20 metros, o que, segundo análise de técnicos contatados pela entidade, possibilita a instalação de ERBs em locais inadequados. Outro aspecto questionado pelos especialistas diz respeito à distância mínima entre essas torres e prédios vizinhos. Ana Valls, membro da AGAPAN, afirma que, conforme a leitura da nova redação, podem se repetir instalações irregulares, como a ERB localizada na Avenida Goethe, próximo ao número 140, que ilustra esta página.

Ana teme que, com as alterações na legislação ambiental gaúcha, que é reconhecida nacionalmente por sua capacidade restritiva, passe “a ser regular o que já foi multado anteriormente”. Ela considera que isso favoreceria as operadoras, uma vez que ainda está pendurado o pagamento das multas, que chegam a R\$ 500 milhões, de acordo com dados obtidos junto à Câmara de Vereadores.

Perdas legislativas – Silvia Capelli, procuradora de Justiça do Ministério Público do RS e coordenadora acadêmica do curso de especialização em Direito Ambiental da UFRGS, há muito acompanha a evolução da legislação ambiental brasileira e seu embate com interesses econômicos. Nesse sentido, cita o Código Florestal como o exemplo mais emblemático “das perdas legislativas que tivemos no Brasil”.

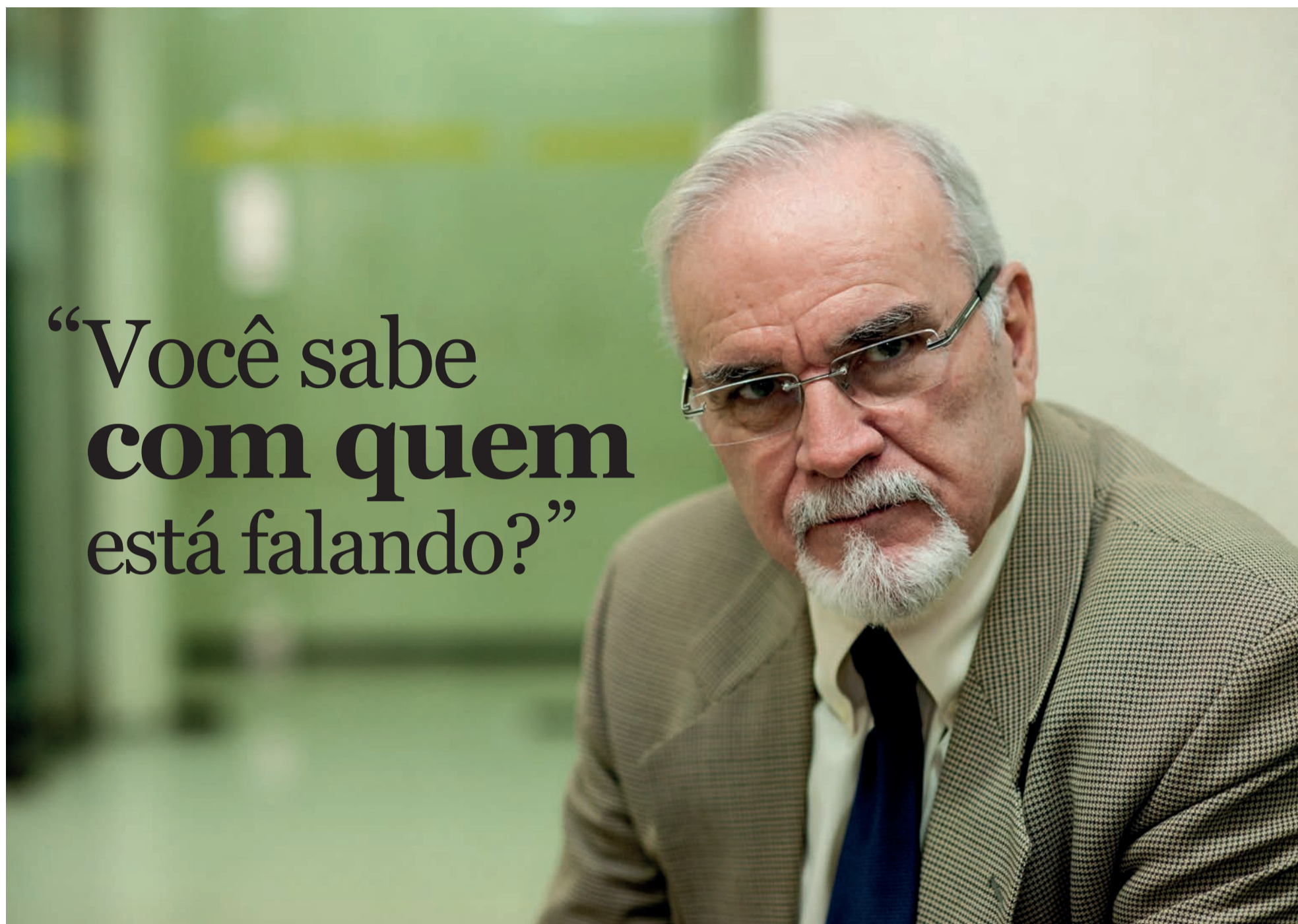
A procuradora diz que tudo começou em 1965 com a chamada Área de Preservação Permanente (APP). No Código Florestal de 1965 dizia – “e o atual ainda diz” – que as margens de rios devem ser protegidas, não sendo permitidas construções, nem plantações, nem animais, etc. A largura dessas áreas varia de acordo com a largura do rio, indo de 30 a 500 metros. Mas, atualmente, Silvia afirma que ocorreu uma modificação, permitindo que, nos casos em que já houvesse desmatamento até a data de um decreto em 2008, a recuperação pode ser feita em até 15m. “Houve uma redução da proteção ambiental num contexto político de primazia de alguns setores”, contesta.

Com relação ao volume de leis promulgadas no país, independentemente do segmento, a procuradora considera que isso se deva ao fato de o Brasil ser uma unidade federativa, o que implica que tanto os municípios como os estados e a federação elaborem suas legislações, desde que essas não firam a lei maior, que é a Constituição brasileira. Por outro lado, Silvia admite que tamanha quantidade de normas dificulta a compreensão da lei: “Esse é um conflito antigo. Hoje em dia, a lei complementar 140, que regrou a repartição de competências em matéria de licenciamentos ambientais e de fiscalização reduziu muito o poder do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente – órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente)”, conclui.

Silvia cita outra perda legislativa que ocorreu em 2005, quando foi modificada a lei de biotecnologia, especialmente para os organismos geneticamente modificados (OGMs). De acordo com a referida legislação, os órgãos ambientais “não devem se intrometer nas questões de biotecnologia”. Além dessa proibição, a procuradora reclama que as audiências públicas da comissão nacional técnica de biotecnologia não são abertas ao público: “São decisões tomadas por técnicos”, afirma reticente, pois julga fundamental a realização de audiências públicas, particularmente quando se fala de meio ambiente.



“Você sabe com quem está falando?”



O antropólogo Roberto DaMatta acredita que, no Brasil, as leis não pegam quando afetam um grupo muito poderoso ou quando são feitas para atingir inimigos políticos

Ao atender ao telefonema de nossa reportagem, Roberto DaMatta pensou tratar-se de mais um convite para falar a respeito da Copa do Mundo no Brasil. No dia anterior, havia concedido entrevista de uma hora e meia a um jornalista alemão, e já estava agendado para mais uma conversa com outro veículo estrangeiro sobre o mesmo tema. Formado em História, e mestre em Antropologia Social pela Universidade de Harvard, DaMatta tem seu trabalho reconhecido internacionalmente por analisar a identidade do brasileiro por meio de aspectos como o carnaval e o futebol. Tal enfoque o faz um dos maiores intelectuais que estuda o propalado *jeitinho brasileiro*. Quanto à nossa relação com as leis, ele aborda o problema, resgatando uma expressão emblemática constante em seu livro *Carnavais, Malandros e Heróis*, de 1979: “Você sabe com quem está falando?”. Na entrevista a seguir, DaMatta fala de “um brasileiro que nos coloca diante de um fato que subtrai todo o poder da lei!”.

Por que nós, brasileiros, nutrimos um sentimento de desconfiança quanto ao cumprimento de uma lei nova?

Três hipóteses: (1) porque o Estado português, que também era nosso (Dom João transformou o Brasil no centro do Império quando fugiu para cá em 1808), espoliava nossa sociedade e tinha o padrão de ser contra ela. Tirou-lhe o pau Brasil, o ouro, os diamantes e quase lhe roubou todo o café. Sempre houve uma desconfiança de tudo o que provinha do Estado. (2) Uma enorme corrente intelectual de explicadores e teóricos do Brasil esteve e ainda está convencida de que a sociedade brasileira (misturada, mestiça, mulata, negra, preguiçosa e doente), atrasada e injusta, só poderia ser salva pelo Estado ou pelo governo. A esquerda até hoje encampa essa tese entusiasticamen-

te, e quem está no poder sempre imagina que sabe mais sobre os costumes do que a própria sociedade. Tudo isso levou ao uso do Estado como um instrumento ideal de transformação e também de aristocratização, com o franco e imoral enriquecimento de quem ocupava cargos importantes — como estamos testemunhando hoje. (3) Outro fator é que jamais levamos a sério as regras que nos justificam como membros de famílias e grupos, e que poderiam ser mais valorizadas do que a lei que chega pelo Diário Oficial.

O senhor acredita que existem leis difíceis de serem cumpridas?

É importante que a gente discuta os limites da legislação, pois ela será aplicada à sociedade. Então é preciso preparar essa sociedade para que essas normas sejam efetivas. Por isso é necessário estudar as implicações da legislação, o que ela vai contrariar e o que ela não vai, porque não adianta lutar contra um gigante, fazendo uma legislação pequena que não vai “pegar”. Por isso a gente fala que a lei não pegou. Mas não pegou por quê? Porque atingiu um grupo muito poderoso. Então é preciso fazer um estudo para se saber a quem essa legislação é dirigida; muitas legislações não pegam no Brasil porque são feitas contra inimigos políticos. “Para os amigos tudo, para os inimigos a lei”, esse axioma não pode continuar funcionando, a lei tem que ser para todos. Se vale para todos, não é só para o meu inimigo político, tem de ser uma lei que tenha a razoabilidade da lógica social que todos conhecem, ou não vai pegar.

Até que ponto a expressão lei para inglês ver ilustra o perfil da promulgação de leis no Brasil? A proliferação de leis inconstitucionais tem a ver com isso?

Essa expressão se refere a leis que são feitas para não serem cumpridas, para códigos com brechas por onde entram os embargos e a prisão especial, a prescrição dos crimes financeiros. Enfim, o uso do papel público para enriquecimento próprio e do seu partido. Em outras palavras, no Brasil, sabemos que existem leis malandras — um brasileiro que nos coloca diante de um fato que subtrai todo o poder da lei!

Criamos nossos filhos como pessoas especiais que, na casa e na família, têm regalias e manias

Temos ensinado nossos filhos a obedecer às normas? Podemos dizer que estamos formando gerações que não percebem o outro?

Criamos nossos filhos como pessoas especiais que, na casa e na família, têm regalias e manias. O choque ocorre quando esses supermal-educados meninos e meninas, acostumados a serem satisfeitos em todas as suas vontades, saem de casa e vão para a rua, onde a igualdade predomina e ninguém sabe que eles são especiais. Daí o “Você sabe com quem está falando”, que eu estudei no meu livro *Carnavais, Malandros e Heróis*. No Brasil, existe um conflito entre dois princípios que a sociedade adotou: de um lado, temos a importância dos cargos — porque aqui as pessoas não ocupam os cargos, elas tomam posse [se apossam] deles: “O presidente da República toma posse do cargo” — e, de outro, temos uma lei, que é a

lei da igualdade. Por exemplo, se um avião sai às 7h da manhã do aeroporto, quem não conseguiu se agendar pra chegar, independentemente do cargo que ocupe, perde o voo... O agendamento, então, é uma coisa moderna, burguesa, igualitária e é desagradável por isso. Na sociedade do antigo regime, não existia uma agenda jurídica. Antes da Revolução Francesa, havia a Lei do Privilégio, que continuamos praticando no Brasil. É a lei privada pela qual os nobres eram julgados; o povo era julgado por outra lei e o clero por uma terceira. A Revolução fez uma legislação universal que valia para todos. No Brasil, não conseguimos fazer isso até hoje, porque, se você é deputado, senador ou uma pessoa importante, você tem prisão especial. Essa lei é uma vergonha nacional. Nós, por exemplo, que temos nível superior, se assassinarmos uma pessoa barbaramente, temos o direito de ficar morando num local especial com uma pequena biblioteca, por exemplo: isso é prisão? Numa sociedade que se moderniza sem prestar atenção às implicações sociais que antigos modelos impõem, você tem o *jeitinho* e tem o “Você sabe com quem você está falando”. Dizemos: “Precisamos fazer uma lei porque todo mundo está matando todo mundo, dirigindo seus automóveis”. Fazem uma lei que proíbe andar a mais de 60 quilômetros por hora em Brasília. Lei aprovada, não tenho que me preocupar. Eu posso andar a mais de 60 quilômetros. É por isso que o realismo fantástico foi inventado na América do Sul.

Considerando o fato de alguns estados não cumprirem o piso salarial para professores, criado pelo governo federal, pode-se dizer que essa oposição à lei é um mau exemplo?

Péssimo, como é a universidade gratuita para muitos ricos.